

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA,
EM 18-8-2021.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 241/21 (Processo nº 0617/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/21 (Processo nº 0468/21), de autoria de Fernanda Barth, Mari Pimentel, Felipe Camozzato, Ramiro Rosário e Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 153/21 (Processo nº 0396/21), de autoria de Kaká D'Ávila; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 154 e 156/21 (Processos nºs 0398 e 0402/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 306/21 (Processo nº 0747/21), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 309/21 (Processo nº 0753/21), de autoria de Pablo Melo. Também, foi apregoado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/20 (Processo nº 0255/20). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Quinquagésima Quinta, Quinquagésima Sexta, Quinquagésima Sétima, Quinquagésima Oitava, Quinquagésima Nona, Sexagésima, Sexagésima Primeira, Sexagésima Segunda, Sexagésima Terceira, Sexagésima Quarta, Sexagésima Quinta, Sexagésima Sexta, Sexagésima Sétima e Sexagésima Oitava Sessões Ordinárias e da Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Terceira e Décima Quarta Sessões Extraordinárias. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dezessete ao dia vinte e cinco de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, do dia dezoito ao dia vinte e cinco de agosto do corrente, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação de compromisso legal, Fran Rodrigues, informando-a que integraria a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada por Roberto Robaina, Líder da Bancada do PSOL, informando o impedimento do suplente Prof. Alex Fraga em assumir a vereança do dia dezessete ao dia vinte e cinco de agosto do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Fran Rodrigues. Em

COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos, Leonel Radde, Pedro Ruas, Claudio Janta e Alexandre Bobadra. Às quinze horas e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 172/17 (Processo nº 1505/17), por DEZESSEIS VOTOS SIM, DEZOITO VOTOS NÃO e UMA ABSTENÇÃO, após ser discutido por Felipe Camozzato, Leonel Radde, Mauro Pinheiro, Jonas Reis, Comandante Nádia, Mônica Leal, Matheus Gomes, Fran Rodrigues, Moisés Barboza e José Freitas e encaminhado à votação por Claudio Janta, Alvoni Medina, Leonel Radde, Karen Santos, Mônica Leal, Jessé Sangalli e Mauro Pinheiro, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Pedro Ruas e optado pela abstenção Lourdes Sprenger. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E DOIS VOTOS SIM e DOZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde e Pedro Ruas. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/21 (Processo nº 0400/21), após ser discutido por Lourdes Sprenger, Leonel Radde e Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/21, por VINTE E OITO VOTOS SIM e QUATRO VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier,

Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/21 (Processo nº 0492/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Laura Sito, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Karen Santos e Ramiro Rosário e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Leonel Radde e Jessé Sangalli. Na ocasião, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/21. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/21, por DEZ VOTOS SIM, DEZOITO VOTOS NÃO e DUAS ABSTENÇÕES, tendo votado sim Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes e Pedro Ruas, votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e optado pela abstenção Lourdes Sprenger e Mônica Leal. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/21. Foram apregoadas as Emendas nºs 04, assinada por Comandante Nádia, Fernanda Barth, Claudio Janta, Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes, e 05, assinada por Comandante Nádia, Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 230/16 (Processo nº 2322/16), e foram aprovados requerimentos solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 06, assinada por Bruna Rodrigues, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17), e foi aprovado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 007/19 (Processo nº 0011/19), e foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Às dezoito horas e quatorze minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Mônica Leal, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para a abertura dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 55ª à 68ª Sessões Ordinárias; da 11ª à 14ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Em razão da Licença de Tratamento de Saúde do Ver. Roberto Robaina, no período de 17 a 25 de agosto de 2021, e em razão da impossibilidade de o suplente Prof. Alex Fraga assumir a vereança, a suplente Fran Rodrigues assumirá a vereança. A suplente Fran Rodrigues já procedeu à entrega de seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Fran Rodrigues prestará a seguir.

SUPLENTE FRAN RODRIGUES (PSOL): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro empossada a Ver.^a Fran Rodrigues. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Fran Rodrigues, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde aos vereadores e às vereadoras da Casa. Eu sou a Fran Rodrigues, faço parte do Juntos, fui eleita a suplente, pelo PSOL, com 2.194 votos, e estou aqui honrando cada voto desses e apresentando uma política em defesa do povo.

Eu quero saudar aqueles que me antecederam para que hoje eu pudesse estar presente a esta Casa, assim como Marielle Franco, assim como Dandara dos Palmares, assim como outras mulheres negras que ocuparam o espaço aqui e que também fazem política para que eu pudesse ocupar esse espaço, e eu não poderia esquecer da mulher mais importante para que eu pudesse estar aqui que é a minha mãe, a Andreia, que é faxineira e que, com muito esforço, me colocou dentro da universidade, através das ações afirmativas, e que até hoje luta para que a gente ocupe e avance ainda mais dos espaços sociais.

Este é o espaço em que eu quero ver o povo preto, as mulheres, negros e negras, e a população LGBT; espaço que nos foi negado por muito tempo e que, com muita resistência, hoje nós estamos ocupando e temos uma bancada negra combativa

que representa as demandas do povo, porque se é aqui que eles falam sobre os problemas do povo, se é aqui que eles votam projetos sobre o povo, é aqui que o povo negro, que o povo pobre, o povo da periferia tem que estar.

Por isso hoje eu não estou subindo sozinha aqui, eu estou subindo com a Vila Mariante, que é o lugar onde eu nasci, eu estou subindo com todas as periferias de Porto Alegre nesta tribuna. Porto Alegre é a capital mais segregada do Brasil, e nós precisamos pautar isso, precisamos pautar, porque eu quero a juventude viva.

Nós queremos um país onde os negros não morrem a cada 23 minutos. E, por falar em morte de negros a cada 23 minutos, eu fui coordenadora da campanha de justiça para o Gustavo Amaral, que foi vítima da Brigada Militar, e eu não poderia vir a esta tribuna sem saudar e sem lembrar do Gustavo Amaral, que era um jovem, negro, engenheiro, que foi assassinado pelo braço armado do Estado, que diz servir e proteger, mas, na verdade, não serve e não protege a população negra. Nós precisamos avançar! Já avançamos com a bancada negra, que é combativa, mas precisamos avançar ainda mais.

Quando eu falo mulheres negras no poder não é somente no parlamento, nós queremos juízes, nós queremos promotores, nós queremos ir ao posto de saúde e ter médicos negros nos atendendo.

Nós precisamos de políticas públicas para a nossa população, para a população pobre, e estou aqui vendo a Bruna, que é da Cruzeiro, que sabe muito bem o que que é vir de periferia, o que que é o trabalho que nós passamos na periferia, e nós precisamos levantar isso, e se é aqui que debatem esses problemas, se é aqui que debatem os projetos que cortam do povo, hoje eu estou aqui para defender os direitos dos trabalhadores, defender o direito da juventude.

Para finalizar, a minha fala vai diretamente para os jovens: não desistam dos seus sonhos! Nós temos um sistema apodrecido que foi criado para que nós não chegássemos na Câmara; nós temos um sistema apodrecido que tira os jovens pretos pobres de dentro da universidade. Por isso nós estamos hoje aqui! Eu não estou subindo sozinha na tribuna, tem todo meu povo subindo junto comigo, as mulheres, os LGBTQs, a população periférica, e é por vocês que hoje eu estou aqui, e inclusive, é graças ao voto de vocês que hoje estou aqui, na tribuna. Nós somos sementes de Marielle, não podemos esquecer isso! E é com muito orgulho que eu sou do PSOL, partido que foi oposição ao Jair Bolsonaro. Porque se eu vou falar de crise, se eu vou falar de economia, o Bolsonaro é o maior inimigo da população pobre e negra, e nós precisamos ter isso na ponta da língua; se não tem vacina e se nosso povo tanto sofreu, foi porque o Bolsonaro se aliou ao vírus e não ao nosso povo. Como diz a Karen, o povo que batalha, que pega o transporte público que é Tri lotado/ Tri demorado, e agora com a votação que sai dessa Casa, é Tri caro; e nós precisamos avançar. Hoje eu estou subindo aqui, mas para avisar que eu não serei a última, não fui a primeira porque nós temos quem nos antecedeu aí na bancada negra, mas para dizer que eu vou lutar, para que mais pessoas como eu, mais jovens acreditem na política e ocupem esses espaços. Vamos juntos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, eu venho a esta tribuna hoje para saudar um dia muito especial, esse é o primeiro ano da lei que cria no Município de Porto Alegre o Dia Municipal da Dança Afro-brasileira, dia 18 de agosto, um dia que foi construído e criado a partir da perspectiva do Movimento Meninas Crespas, um movimento lá da Restinga, de uma professora do Município, Perla Santos, que questionou o dia nacional da dança ser uma referência ao balé clássico, ser uma referência às matrizes europeias e não refletirem a dança de pé no chão, e não refletirem a dança do terreiro, não refletirem a dança das escolas de samba. E essa reflexão feita por crianças, por meninas por mães do Movimento Meninas Crespas, foi um impulso para a criação desse dia muito importante, que foi originado na periferia de Porto Alegre, por um movimento de meninas negras, de mães, que trouxeram o nosso mandato junto com o advogado Artêmio, o primeiro estudante de direito negro da Faculdade de Direito da UFRGS. Então, vejam a combinação de fatores: uma professora do Município, uma comunidade como a Restinga, o primeiro estudante de direito da Faculdade da UFRGS nos remeteram ao nosso mandato a necessidade de construir esse dia, em homenagem à Mercedes Baptista, que também é uma mulher negra, bailarina, coreógrafa, a primeira mulher negra a se apresentar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Enfim, algo que é muito simbólico para o movimento de dança e de dança afro-brasileira, o dia é uma homenagem a Mercedes Batista e também uma forma da gente minimamente contribuir para que haja política pública, valorização da nossa cultura, que a gente consiga através dessa data constituir um movimento para fazer com que não seja só uma data, a gente promulga tantas datas aqui dentro desse Parlamento. Esse ano, com esse intuito de dar vida ao Dia Municipal da Dança Afro-brasileira, se constituiu em um GT, um grupo de trabalho que articulou com o município de São Leopoldo, a partir do mandato da vereadora do PT, Nadir de Jesus, com o mandato da vereadora Fátima Maria, do Coletivo Teremos Vez, de Viamão, também em Pelotas e articulamos com o mandato da Fernanda Miranda, companheira nossa do PSOL. A nossa ideia, assim como foi o 20 de Novembro, que se iniciou em Porto Alegre através do Grupo Palmares, liderado por Oliveira Silveira, é que o Dia da Dança Afro-brasileira se torne uma data não só nos municípios, mas uma data estadual e construindo, de baixo para cima, da Restinga para o Brasil, a gente, quem sabe, quiçá um dia a gente consiga promulgar também o Dia Nacional da Dança Afro, em homenagem a Mercedes Baptista. E que se consiga também dentro desse processo de constituição da data, ter grupos de trabalho, como a gente constituiu em Viamão, em São Leopoldo, em Pelotas, em Porto Alegre, para conseguir pautar o poder público, para a execução da Lei nº 10.639, para que a gente tenha políticas de incentivo à nossa dança afro, para a gente consiga minimamente ocupar os espaços, os teatros, as galerias, para apresentar aquilo que para nós é tão caro, uma prática que é isso: ancestral, milenar, originária, tradicional nossa. Então, hoje o Dia Municipal da Dança Afro-brasileira, a gente queria registrar também desta tribuna toda essa construção que

vem sendo elaborada e dizer que no dia 21, no cinema Capitólio, vai ter uma mostra, um curta de 50 minutos contando um pouco sobre a vida e obra de Mercedes Baptista; algumas personalidades do Município vão ser convidadas, e faz parte também dessa agenda nossa de comemoração e apontamento da necessidade de a gente ter esse dia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registramos a presença do Maurício Roni de Souza, o Mauricinho, ex-vereador de Butiá, que acompanha os trabalhos da nossa sessão. Muito obrigado.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, quero parabenizar a Ver.^a Karen pela iniciativa, essa data é muito importante para todo o Brasil, pelo reconhecimento do valor cultural da nossa população negra na construção do nosso País.

Hoje eu quero falar sobre o nosso pré-candidato ao governo do Estado, Heinze que é uma piada pronta, cada dia ele se torna mais uma piada pronta. Agora vazaram informações de que esse pré-candidato ao governo do Estado teria negociado com empresas que fazem a vacina da aftosa para que fosse produzida a Covaxin. Então além de participar do superfaturamento de vacina, Heinze ainda queria que essas empresas, as quais ele tem vinculação, produzissem a vacina Covaxin, que nós sabemos hoje, pela CPI da Covid, que é aquela vacina superfaturada, que o Bolsonaro queria comprar de forma superfaturada, envolvendo todos os ministérios. A piada vem pronta, a piada dos moralistas, daqueles que adoram falar contra a corrupção, adoram atacar os partidos de esquerda, como se fossem os baluartes da moral e dos bons costumes. Esse discurso vem caindo dia após dia, hora após hora, a cada nova informação nós vemos que aquele discurso anticorrupção, a favor da polícia, era tudo uma falácia. E o Heinze representa muito bem esse aspecto, assim como o nosso outro pré-candidato, Onyx Lorenzoni, duplamente caixa dois, que foi perdoado pelo Sérgio Moro, aquele que combatia a corrupção. É fato público é notório que aqueles que se elegeram na eleição, principalmente de 2018, com a pauta anticorrupção, na verdade, fazem a pior prática possível no nosso País, superfaturando vacinas, fazendo acordos que levaram à morte quase 600 mil brasileiros. E a pandemia, neste momento, atinge outro patamar, mesmo com a população razoavelmente vacinada aqui em Porto Alegre, nós vemos um aumento brutal dos casos. Em breve, muito provavelmente tenhamos um colapso na nossa capital, aos moldes do que já ocorre no Rio de Janeiro, e parece que nada está acontecendo. Entramos num modo de normalidade, normalizamos já a pandemia, normalizamos os óbitos, normalizamos as internações, mas essa variante, que é altamente contagiosa, vai deixar rastros, e a nossa Prefeitura aparentemente não está

levando isso em consideração. As falas do nosso secretário da saúde, minimizando essa nova realidade, são extremamente preocupantes. É um momento de alerta, é um momento de controle, é momento de distanciamento social, uso de máscaras e aceleração cada vez maior da vacinação. Não é, de forma alguma, o momento de acharmos que já passou o pior, que já vencemos a pandemia, porque poucos se lembram, mas entre março e abril deste ano, Porto Alegre foi o epicentro, o espaço em que o mundo inteiro ficou observando o que acontecia com o descontrole dessa pandemia e da Covid. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, eu começo saudando ilustre vereadora Fran Rodrigues, que, a partir de agora, integra também o nosso bloco de oposição aqui na Casa, para alegria e orgulho nosso. Então, bem-vinda Fran, sinta-se em casa, literalmente, a casa do povo. Por outro lado, eu quero salientar e registrar como nós temos aprendido, nós, povo brasileiro, com a CPI da Covid no Senado. Hoje eu vejo e observo que as pessoas que, via de regra, não conheciam determinadas expressões jurídicas ou procedimentos, como por exemplo, ficar em silêncio, mediante um *habeas corpus* preventivo, ou algo do gênero, debatem esse tema, questionam, não gostam desse silêncio permitido. Eu até entendo, Presidente, que o Brasil está tomando conhecimento de fatos estarrecedores e extraordinários, ao mesmo tempo, em cada momento da CPI da Covid, no Senado, nós ficamos sabendo de barbaridades que aconteceram e acontecem, em nível de governo federal. Exatamente naquele momento em que criticávamos, no ano passado, o Presidente Jair Bolsonaro pelo seu negacionismo em relação à compra de vacinas, o que ele o governo dele junto, particularmente, o general Pazuello, chamado também de general Pesadelo, faziam não era uma negação da importância da vacina; era não comprar para poder ganhar mais. Era não comprar para poder pagar mais, para poder ganhar propina, corrupção direta com o sangue e a vida das brasileiras e dos brasileiros. Todos nós, todo povo brasileiro perdeu alguém querido nessa pandemia - todos nós. Eu quase não conheço pessoas que não tenham passado por uma situação dessas e eu não sou exceção, eu também perdi. Mas todos nós sabemos que pelo menos 50% dessas mortes poderiam ter sido evitadas, poderiam ter sido evitadas com medidas de isolamento, de afastamento, com medidas de uso de máscara e principalmente com a vacina oferecida insistentemente pelo laboratório Pfizer; e o Brasil negando, porque negociava Covaxin! Ao ponto de chegarem a negociar propina, corrupção de um dólar por vacina, um dólar por dose. Então, fica uma indignação, algo insuportável de se pensar sozinho. Eu até peço perdão, Presidente Márcio Bins Ely, neste momento, Ver. Idenir Cecchim em exercício, por um certo desabafo, mas é que é muito difícil, é muito difícil nós verificarmos, sermos

testemunhas de que não compraram vacinas porque queriam ganhar dinheiro, porque não se importavam com a morte das pessoas, com a doença, com o sofrimento, com as sequelas. Hoje é aniversário do grande companheiro Cláudio Augustin, Presidente do Conselho Estadual de Saúde; ele está há 120 dias no hospital com Covid. O Cláudio Augustin, Mônica Leal, está há 120 dias no hospital; hoje é aniversário dele, faz 64 anos hoje. Foi meu colega de faculdade, e o Cláudio Augustin terá que reaprender a falar, reaprender a andar - quanta coisa pela ausência, pela falta de vacina. E não é vítima fatal. Um sofrimento pessoal e familiar brutal! Todos nós temos isto, pessoas das nossas relações, pessoas queridas e amigas que sofrem ou deixaram de sofrer exatamente por perderem a vida. Por isso, encerro, Sr. Presidente, Ver. Idenir Cecchim, dizendo desse lamento, o que nós vemos diariamente aparecendo de depoimento na CPI da propina, perdão, CPI da Covid no Senado, é algo brutal, estarrecedor, inaceitável, historicamente indelével! E nós seguiremos, Ver. Leonel Radde, fazendo a denúncia desses fatos aqui, porque é a nossa obrigação neste tempo, porque haverá um momento no futuro em que alguém vai perguntar, alguém perguntará daqui a 30, 40, 50 anos, 100 anos, quando nenhum de nós estiver aqui: o que é que nós fazíamos nesse momento em que o Brasil tinha seu povo massacrado e morto para dirigentes governantes ganharem dinheiro? E eu quero que alguém lá no futuro diga que o Leonel Radde, que a Laura Sito, que o Matheus Gomes, que a Bruna Rodrigues, que eu, que nós, nesse tempo terrível, nós não nos conformávamos, nós nos indignávamos, nós denunciávamos, nós fazíamos a nossa parte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores; venho falar aqui em tempo de liderança do meu partido Solidariedade para dizer, Ver. Pedro Ruas, que realmente esta pandemia tem ceifado milhares de vidas neste País, milhões de vida no mundo. É um vírus que já tem várias variantes, o que não vai nos trazer a tranquilidade necessária, tranquilidade que tínhamos há um ano e meio, mas eu quero falar aqui de outra pandemia tão voraz, tão prejudicial que não vê também cor, credo, não vê nada. Quando o Ver. Pedro Ruas aqui subiu para falar nos seus seis minutos, seis minutos o Ver. Pedro Ruas falou, seis minutos e dois segundos, Ver. Alex, quanto custou isso de impostos no Brasil? Quanto? Alguém sabe me dizer? Alguém tem uma ideia de quanto custaram esses seis minutos e dois segundos do Ver. Pedro Ruas de impostos do Brasil? Custou porque somos nós que pagamos; custou aqui, enquanto eu estou falando, aqui é a luz que está girando, a água está girando, tudo está girando. Alguém tem uma ideia? Eu falei aqui no dia 12 de junho, no Dia dos Namorados, dos impostos. No mesmo período, no mesmo tempo,

com uma variação de segundos, quem aqui falava era o Ver. Jonas. O Ver. Jonas, naquele período, gastou R\$ 11 milhões. Foram gastos R\$ 11 milhões enquanto o Ver. Jonas falava aqui, R\$ 11 milhões foram gastos. O Ver. Pedro Ruas, enquanto V. Exa. falava de um tema importantíssimo para o povo brasileiro, um tema crucial, todos nós perdemos alguém, todos nós nos enlutamos e todos nós nos sentimos inseguros, mesmo com vacina, mesmo com os protocolos, é uma variante em cima de outra variante. Tem até *card* de uma variante com uma asa delta, já de tanta variante que tem, uma variante modelo. O senhor falava de um tema muito importante e para o senhor alertar, para o senhor falar da questão da importância da vacina, da importância das ciências, foram gastos R\$ 27 milhões, tempo que o Ver. Pedro Ruas falou aqui, durante seis minutos e dois segundos. Mexeu a arrecadação de impostos em R\$ 27 milhões, Ver. Pedro Ruas, e eu quero dizer para vocês, enquanto eu escrevia, R\$ 1 trilhão 614 bilhões 541 milhões 317 mil, enquanto eu escrevia isso, eu gastei R\$ 1 milhão para escrever isso - R\$ 1 milhão. Porque quando eu fui escrever, quando eu fui olhar o que eu tinha escrito, tinha dado R\$ 1 trilhão 614 bilhões 541 milhões 323 mil; isso é um tumor maligno, isso assola aquela pessoa que não tem R\$ 120 para comprar um botijão de gás. Por isso, o botijão de gás está R\$ 120. Isso prejudica aquela mãe que tem um filho autista em casa e que não tem dinheiro para comprar fralda. Isso prejudica aquele pai que está na fila do emprego há muito tempo. Isso prejudica aquele jovem que não consegue se preparar, se qualificar para entrar no mercado de trabalho. Nenhum país consegue ter uma carga tributária que nem a do Brasil, uma carga tributária ainda devassa, porque nessa carga tributária está o imposto de renda, que está uma briga. “Ah, para corrigir a tabela do imposto de renda, tem que diminuir o salário do professor; para corrigir a tabela de imposto de renda, tem que diminuir o salário do pessoal da saúde”. Só que essa tabela está congelada, essa tabela, quando ganha R\$ 1.900, paga 7,5% de imposto de renda. Quem ganha mais do que isso, R\$ 4 mil, paga 27% mais 11% de previdência - 32% do salário da pessoa ficam no governo, isso fica morto, sepultado, do trabalho da pessoa! Fica lá, morto, sepultado. Aí ele vai comprar o arroz, tem imposto; vai comprar o feijão, tem imposto; vai pagar uma passagem, tem imposto; tudo na nossa vida tem imposto. O imposto, Ver. Cecchim, está quando nós nascemos, e vai nos acompanhar até na hora de nos cremarem ou colocarem na gaveta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): V. Exa. já passou do imposto do Ver. Pedro Ruas. Está há sete minutos.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Gastou a mais, então, já estou com alguns milhões a mais. Muito obrigado, Sr. Presidente, e alguém deixou aqui, um dos pares deixou aqui um real, se não tiver dono, eu, como bom brasileiro, vou guardar. Está comigo esse um real aqui. Então, vou jogar no bicho um numerozinho aqui. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, boa tarde a todos, colegas vereadores, Presidente Idenir Cecchim, nossos telespectadores da TVCâmara; hoje, é um dia muito bacana, hoje é o Dia do Estagiário. Já foi estagiário, Ver. Radde? Levante a mão quem não foi estagiário aí. A grande maioria dos vereadores já fez estágio alguma vez na sua vida. Eu fui estagiário nos anos 1990, Ver. Janta, fui estagiário da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Fui estagiário do departamento de loterias, e a vida do estagiário é uma vida muito bacana, porque o estágio é o início da carreira no mercado de trabalho da grande maioria dos estudantes.

Então, hoje é um dia muito especial, parabéns aos nossos estagiários, que possamos cada vez mais incentivar os nossos jovens a fazerem os seus respectivos estágios. A partir da semana que vem, vamos realizar uma das nossas promessas de campanha, nosso gabinete móvel vai estar nas ruas da cidade. Com o afrouxamento das regras para pandemia, respeitando todas as regras sanitárias, nós estaremos nos bairros, conversando com os nossos jovens, orientando como é que se abre uma empresa, como é que se faz um currículo, como é que se inscreve para um concurso público, como é que pode fazer um supletivo, como é que ele pode entrar na faculdade. Nós vamos ensinar os nossos jovens a pescar, nós não vamos dar o peixe. Eu estou muito feliz, pois esse era um objetivo nosso de campanha.

Então, neste dia do estagiário, quero mandar um abraço muito especial aos estagiários de todo o Brasil. Os estagiários, hoje, têm direito a férias, a vários quesitos que estão na nossa Constituição, e que, cada vez mais, nós possamos prestigiar os nossos estagiários. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero registrar a presença da convidada do Ver. Mauro Pinheiro, secretária Clarice Ellwanger, de São José das Missões. Seja bem-vinda, secretária.

Solicito à Diretoria Legislativa que proceda a chamada nominal para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h8min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1505/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 11.130, de 19 de setembro de 2011 – que obriga os hipermercados, os supermercados e similares a realizarem o serviço de acondicionamento das mercadorias compradas pelos seus clientes e dá outras providências. **(SEI 087.00040/2019-01)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por duas Sessões em 09-08-21;
- incluído na Ordem do Dia em 02-08-21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 172/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Cecchim, que preside a nossa sessão. O projeto é de 2017, compreende mais uma das revogações que a Câmara, naquela ocasião, discutiu, passou por diversos vereadores - se não me engano, eram mais de 14 vereadores que apreciaram a matéria naquela ocasião -, foi assinado pelo ex-vereador Valter, por mim, pelo ex-vereador Wambert, e por vários outros colegas que deram suas contribuições, e a lei é relativamente simples. Existe uma lei vigente em Porto Alegre que obriga contratação de empacotadores para hipermercados, supermercados e similares, Ver.^a Nádia, que tenham mais de 12 caixas. Problema: já há uma decisão judicial que suspende essa legislação por entender que ela é inconstitucional. E, além disso, nós temos o seguinte cenário: por exemplo, um empreendimento como esse, de atacado, ou mesmo de venda de materiais e utensílios domésticos - e aí tem várias marcas de supermercados, atacados, seja na Zona Norte, na Zona Sul, ou Zona Leste -, especialmente aquele que quer vender com a estratégia de baixo custo para o cliente, ele não entrega o produto empacotado, porque, justamente, ele quer gastar o menos possível. E o consumidor valoriza isso, ele quer o produto o mais barato possível e ele gostaria de retirá-lo ou com uma sacola ecológica, ou com uma caixa de papelão, ou mesmo levar o produto na mão. Hoje, é uma estratégia de cada empreendimento de como oferecer o produto, se vai empacotado ou não. À revelia

de ter ou não ter a lei - aliás, a lei não existe, hoje, vigendo, como eu falei -, vários empreendimentos têm empacotadores porque os valorizam. Ou seja, a lei não garante aquilo que ela dizia que garantia. Então, para manter a liberdade do consumidor, para afastar a insegurança jurídica, no sentido de que a decisão judicial possa cair e para preservar também a autonomia dos empreendimentos, nós estamos propondo a revogação dessa lei. Aliás, quero parabenizar a equipe da Fecomércio, que, prontamente, mandou uma manifestação, apoiando a revogação dessa lei. Então quero convidar os colegas a se juntarem a nós nesse trabalho de desburocratização e ajudar Porto Alegre a avançar, a ser mais competitiva, para termos mais renda, mais desenvolvimento e menos empecilhos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): O partido NOVO tem uma estratégia. Acho que os membros do partido NOVO acordam e dizem assim: "Qual categoria de trabalhadores nós vamos atacar e destruir? Hoje, gente tem que eliminar alguma categoria profissional." Agora, é a vez dos empacotadores. E justo num momento em que nós chegamos a quase 15% de desempregados no nosso País. Eles atacam, óbvio, aqueles que recebem menos, aqueles que vivem na periferia, os negros. Esse é o foco do partido NOVO e dos ditos novos liberais. Não podemos deixar esse projeto ser aprovado nesta Casa. É mais uma situação de precarização dos trabalhos, precarização do serviço e também prejudica as pessoas que estão fazendo consumo naquele estabelecimento comercial. Pessoas mais idosas são prejudicadas com a inexistência dos empacotadores, pois precisam lidar com a carteira, com valores, com cartões, enquanto suas compras vão sendo passadas, e ainda têm que se preocupar que ninguém pegue suas compras. Também perdem um tempo empacotando. São pessoas de idade que, às vezes, têm doenças e ainda têm que ficar carregando um certo peso. Então, esse é um tipo de proposta negativa para todos os lados, pois reduz o emprego, não garante a redução do valor dos produtos, dificulta a vida do consumidor. O argumento de que sacolas plásticas, *bags*, caixas; as pessoas podem levar as suas sacolas e as suas caixas, e os empacotadores colocarem ali dentro, esse não é um argumento válido, dizendo que está preocupado com o meio ambiente, etc. Isso é um outro projeto, ao qual até sou favorável. Isso não pode prosperar na nossa cidade. Primeiro, são os cobradores; depois, os empacotadores; daqui a pouco, os professores, e assim por diante, sempre com o argumento de que o empresário precisa reduzir custos, de que o empresário precisa ter vantagens no seu empreendimento. Enquanto isso, a população de Porto Alegre vai ficando cada vez mais precarizada nos serviços prestados. A bancada do Partido dos Trabalhadores votará contra essa proposta, estará ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, exigindo que os grandes estabelecimentos comerciais, os supermercados, os hipermercados ofereçam esse trabalho para as pessoas

com cada vez mais garantias, porque nós sabemos também que, muitas vezes, é um subemprego, pagando mal os trabalhadores e trabalhadoras, explorando demasiadamente. Mas é importante que esse emprego seja mantido num período em que, como eu já falei, chegamos a mais de 15% de desempregados no nosso País, na pior crise econômica dos últimos 20 anos, num momento em que as vagas de emprego estão cada vez mais precarizadas e que a uberização avança no nosso País. Nós não precisamos desse tipo de lei sendo votada nesta Casa neste momento. Nosso repúdio a esse tipo de proposta, nosso repúdio àqueles que atacam os que trabalham. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Idenir Cecchim, presidindo a sessão, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela nossa TVCâmara; quero parabenizar, em primeiro lugar, os vereadores que tiveram a iniciativa de trazer a revogação de uma lei que já está obsoleta, Ver. Leonel Radde, pois já existe, através do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, uma consideração pela inconstitucionalidade desta lei. Não existe hoje a obrigação de se cumprir a lei vigente na cidade de Porto Alegre. Então, nós estamos revogando uma lei que já não cumpre o seu papel como lei, estamos desburocratizando a nossa cidade de Porto Alegre. A desburocracia, Ver. Leonel Radde, é importante. O outro fator importante é que nós não podemos, vereadores e legisladores, ter a intenção de criar empregos através de leis. O emprego se gera através da necessidade de uma função. Toda função que tentar criar empregos através de lei não vai funcionar. Eu me sinto na responsabilidade de vir aqui falar sobre o projeto de lei, porque exerci a função de supermercadista por mais de 15 anos e sei da função do empacotador, o quanto ela, às vezes, é útil dentro do supermercado. Mas sou contra a obrigatoriedade, Ver. Felipe Camozzato, porque tem que ser uma opção do supermercado de ter ou não essa função. Nós hoje podemos ver claramente, nos supermercados de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, alguns que têm empacotadores e outros que não têm. Isso comprova que a lei já não tem a sua função, essa lei aprovada pela Câmara Municipal de Porto Alegre, que dizia que, naqueles supermercados com mais de 12 *check-outs*, com 12 caixas registradoras, era obrigatório ter empacotador. Como já existe, através do Tribunal de Justiça, a desconsideração dessa lei, nada mais justo do que a Câmara revogue essa lei. Nenhuma pessoa perderá o seu emprego, porque nós sabemos, como já disse anteriormente, que existem supermercados que, mesmo sem a obrigatoriedade, têm empacotador, porque ele acaba sendo um estímulo para algumas pessoas pelo conforto de ter um atendimento mais personalizado, com mais agilidade no caixa, pois ele desobstrui a caixa registradora mais rápido em relação a outros supermercados. Hoje, além dos supermercados, também temos os atacarejos, os atacados que vendem não só para supermercados, mas

também vendem para os clientes, vendem em quantidades maiores, que já não têm empacotador e conseguem vender com preços menores para a população, para o consumidor final. É uma opção do cliente escolher um supermercado que tenha empacotador ou não, assim como é do supermercado oferecer essa prestação de serviço, essa comodidade. É importante a revogação dessa lei, deixando para o empresário, para o empreendedor fazer a escolha de ter, ou não, esse funcionário. Nós não podemos, através de lei, criar funções dentro do gabinete do vereador, por exemplo, Ver. Leonel Radde, que diz que é contra. Eu não vou fazer uma lei aqui na Câmara dizendo que o vereador tem que ter uma determinada função dentro do seu gabinete. Ele vai escolher quem trabalha com ele, as pessoas que trabalham com ele, assim como nós também temos que deixar o empreendedor, o empresário escolher quem contratar e como contratar. Não será o poder público que vai intervir na função do empreendedor, do empresário. A revogação dessa lei não vai retirar nenhum trabalhador, ninguém perderá seu emprego, porque hoje já não existe a obrigatoriedade, nos supermercados, de ter empacotador. Votarei favorável a esse projeto. Espero que os demais vereadores entendam o quanto é importante para desburocratizar o trabalho e, dessa forma, diminuir custos dentro de alguns supermercados. O consumidor pode fazer livremente a sua escolha de onde comprar, assim como o empreendedor pode decidir se quer, ou não, ter esse determinado funcionário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que faz parte do sofrido povo brasileiro que está sem emprego; 15 milhões de desempregados, e a proposta do vereador do partido NOVO é acabar com mais empregos. E justamente em qual setor? Num dos setores que mais empregam. Essa é a bandeira deles, o caos na sociedade. Os políticos tradicionais, eles sobrevivem no caos; é na fome, no desemprego, que eles vão lá e entregam uma cesta básica. É na fome e no desemprego, que eles vão lá e dizem que vão ajudar. Eles não querem que a sociedade se organize. A política tradicional quer transformar o povo em refém da classe política, mas esse povo não pode ser refém, ele tem que ter independência. Aí outro vereador vem e diz: "A Câmara não pode criar empregos". Mas veja só, vereador, o senhor também vota para acabar com empregos, o senhor votou pela reforma da Previdência, que, na prática, vai manter as pessoas mais tempo no serviço público, sem abrir novas vagas para a juventude. Temos enfermeiros, técnicos, médicos, temos professores, temos trabalhadores do ensino médio querendo entrar na Prefeitura e não entrarão, porque esta Casa, com 24 votos, aprovou a reforma da Previdência, que congela as pessoas nos seus postos de trabalho sem abrir novas vagas. É um escândalo os vereadores irem contra a empregabilidade do povo. O povo só quer um emprego, de onde vai conseguir tirar o dinheiro honesto, para sustentar sua família. Aí vem o vereador aqui: "Não,

empacotador não terá mais”. Já tem o projeto do Sr. Prefeito Melo, que dizia ser o prefeito de todos e está se mostrando o prefeito de poucos, querendo acabar com mais de 3.200 cargos de cobradores na cidade. Três mil e duzentas famílias já estão ameaçadas pelo projeto do prefeito que acaba com o cargo de cobrador. O vereador do partido NOVO não quis ficar atrás. Ele olhou: “O Melo está desempregando, eu também tenho que desempregar, afinal de contas, eu sou da política tradicional”. De novo não tem nada, de novo não tem nada, isso é mais velho do que a invenção da roda: pagar pouco para as pessoas, não deixar as pessoas terem espaço para trabalhar, para ganhar o seu dinheiro, pagar as suas contas. Depois eles vêm para cá e dizem assim: “Tem muita gente na rua”. Não tem, essas pessoas querem trabalhar, mas vocês acabam com o emprego! As pessoas estão na rua, porque não têm empregos. Vocês criaram o bolsonarismo, que gerou 15 milhões de desempregados hoje, dia 18 de agosto de 2021, 15 milhões de famílias não têm de onde tirar um salário. E vocês não cansam, vocês seguem na mesma toada. Esse é, de fato, um projeto criminoso, porque eu considero um crime acabar com empregos, isso é um crime sim! Porque as pessoas estão lá com seu emprego, trabalhando, Ver.^a Cláudia, e quando veem, vão ter a surpresa de que a Câmara pode ter aprovado o fim do seu emprego nos supermercados da capital. É falaciosa, é mentirosa a versão que diz que as pessoas vão escolher o supermercado que querem, entre o supermercado que tem empacotador e o outro, que não tem. Ninguém escolhe supermercado, tu vais no supermercado mais perto da tua casa, porque tu não tens tempo para ir. Hoje as pessoas estão trabalhando 12 horas por dia, então, é o supermercado mais próximo, é mentira que vão escolher. Vocês estão fazendo o povo sofrer mais! Vocês deveriam, políticos, amenizar as dores do povo com mais políticas de educação, de saúde, de saneamento, de cultura, de segurança. E vocês estão aqui, vindo para esta tribuna, gastando o dinheiro do povo, para acabar com o emprego. Esta tribuna custa, diariamente, R\$ 206 mil para os cofres de Porto Alegre, e vocês gastam com esse tipo de projeto ao invés de fomentar o emprego na capital. Hoje, cidadãos e cidadãs, nós estamos aqui gastando R\$ 206 mil dos cofres públicos, para acabar com mais empregos na capital. Isso é escandaloso, isso é vergonhoso. Eu repudio e votarei contra essa proposta, que não ajuda Porto Alegre; na verdade, ela atrapalha mais ainda, cria mais desemprego.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Só uma questão de ordem. Como o Ver. Jonas mentiu na sua fala, a lei está suspensa judicialmente, portanto, a revogação não acarreta nenhuma demissão e nem desemprego. Todos os contratados atualmente estão contratados a despeito de haver legislação. Então não tem nada...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Acatada a sua questão de ordem. Está registrada.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, querido amigo Ver. Idenir Cecchim, que preside os trabalhos na tarde de hoje, caros vereadores, vereadoras; importante que nós possamos deixar o gabinete do ódio de lado e vir aqui, Ver. Felipe, falar as verdades. Muitas vezes vemos vereadores subirem aqui, geralmente os vereadores da oposição, mastigarem as palavras, mastigarem as mentiras de forma que elas fiquem palatáveis. Isso não é legal. Vou voltar a reforçar o que o senhor disse, porque estava na minha fala: importante destacar que a essa obrigação já foi analisada pelo Poder Judiciário e, conforme decisão unânime do Pleno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a referida lei foi considerada inconstitucional, haja vista o tema ser de competência legislativa da União. Ademais, o Supremo Tribunal Federal – STF, já versou sobre esse assunto, inclusive com uma repercussão geral. Deve acontecer o que com Ver. Jonas? Ele não deve estar ouvindo rádio, ele não deve estar olhando TV, ele não deve estar se atualizando nos jornais, porque ele não deve ter visto isso, porque isso já aconteceu, essa lei já não existe, então não terá um prejuízo. Além do mais, quero dizer aqui, que o argumento cabal para a decisão do tribunal gaúcho foi exatamente a fala do STF, que afirma ser inconstitucional que os municípios utilizem de sua competência legislativa com o fim de obrigar os supermercados ou similares à prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras por violação ao princípio da livre iniciativa. E vejo aqui alguns vereadores, o Ver. Leonel, o Ver. Jonas virem aqui falar que o partido NOVO acorda querendo acabar com empregos; não, o partido NOVO, o DEM, meu partido, e outros vereadores aqui, querem, sim, a liberdade, a liberdade que tem sido cerceada por esses partidos da minoria, que se acham donos do mundo. O Ver. Jonas – que fala e sempre sai, não fica escutando aqui e depois a gente fica conversando com ninguém – está desconectado da realidade. Ver. Jonas, as pessoas pechinham, as pessoas pesquisam o preço da comida, ninguém entra no primeiro mercado e sai comprando, as pessoas pechinham, as pessoas pesquisam porque o dinheiro não cai de árvore. E o gasto que esta Câmara de Vereadores tem, Ver. Jonas – retornou, que bom –, é maior do que o senhor está dizendo, porque tem professor, como o senhor, que está aqui dentro ao invés de estar dando aula lá na rua, concursado que é. É maior o gasto, e para não ter esse gasto é que nós temos que fazer coisas óbvias. Ultimamente, aqui na Câmara, nós temos salientado o óbvio, mas às vezes, Presidente, o óbvio precisa ser dito. Assim como é factóide a questão de que os cobradores serão colocados na rua, assim como é factóide que vão colocar todo mundo na rua. Nós vamos desobrigar, o mercado que deseja ter, que tenha; agora, livre iniciativa e liberdade me parece que alguns partidos não observam. Vivemos, ainda, num País livre e democrático, ainda, porque o cerceamento das liberdades das pessoas está acabando com algumas falas que entoam, de minorias gritantes que se acham donas do mundo. Então, queridos, pelo governo, eu quero pedir aos vereadores, e encaminho aqui o voto "sim" para esse projeto do Ver. Camozzato, pedindo que os vereadores cuidem com muito carinho e que deem o "sim" para esse projeto tão importante, que cuida da liberdade pessoas e que não diz “não” ao emprego, que diz para o empresário, que para alguns é aquele que escraviza... O senhor quer um aparte, vereador? Não? O senhor vai fazer uma questão de ordem? Eu poderia lhe dar um aparte, eu não tenho problema de

dar aparte para as pessoas, porque o debate é muito bom. Então eu gostaria de dizer aos vereadores que atentem a esse projeto, e, pelo governo, que nós votemos "sim". Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Jonas?

Vereador Jonas Reis (PT): Questão de ordem, nobre Presidente Cecchim. A vereadora destacou aqui que supostamente eu receberia salário de professor e de vereador ao mesmo tempo; não, eu sou licenciado pela Prefeitura, estou afastado do cargo de professor, recebo como vereador. Diferente da senhora, que recebe como aposentada e está aqui trabalhando, está recebendo dois salários por trabalhar. Deveria devolver a aposentadoria, é isso que deveria fazer.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso não é questão de ordem, vereador; não vai ficar registrado como questão de ordem.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, vereador-presidente Cecchim, colegas, pessoas que nos assistem, eu não preciso reafirmar para os senhores e as senhoras que se tem uma pessoa, uma política preocupada com emprego, sou eu, mas, acima de tudo, o que norteia a minha caminhada pessoal e política é o cumprimento da lei. Quando eu recebi este projeto, eu não só li o projeto e reli, como eu também enviei para o meu jurídico. E uma das coisas que me chamou muito atenção, é que além de o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul considerar a lei que obriga os supermercados e similares a oferecerem empacotadores, o Tribunal de Justiça dizer que é incondicional, o STF afirmou que é inconstitucional essa obrigação. Então, na medida em que nós, legisladores, fazemos leis, nós somos os primeiros a ter que dar o exemplo de cumprir a lei, essa obrigação de empacotadores é inconstitucional, não cabe aos municípios legislarem sobre essa questão, cabe à União.

Agora eu vou passar para outra questão: eu já fui empresária durante 15 anos, existem estratégias para todo empresário buscar clientes. Vejamos, se eu tenho um supermercado e não posso obrigar, por uma questão de constitucionalidade e inconstitucionalidade, ter empacotadores, eu posso oferecer isso como um serviço a mais, ou seja, eu sou dona do supermercado Leal, e aí eu vou oferecer esse serviço para conquistar clientes. Isso eu posso fazer, é uma estratégia comercial. Então não é terra arrasada, não será desemprego, pois todo comerciante, empresário, pode usar dessa estratégia para ter um cliente que vá no seu estabelecimento. Por exemplo: eu vou no supermercado tal porque lá tem empacotadores, porque eu não quero empacotar. É um direito tanto do empresário como do cliente. Então, as pessoas que vieram a esta tribuna, e eu compreendo a preocupação dos vereadores da oposição que me antecederam, que é minha sempre também, não é uma questão de querer desempregar,

do partido esse ou aquele, mas é uma questão de respeitar na íntegra a lei. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul considerou inconstitucional, o STF afirmou, reafirmou que é inconstitucional a obrigação de empacotadores, porque esta não é uma matéria que diz respeito aos municípios e sim à União. Eu queria só confirmar, dizer mais uma vez: fiquem seguros, o que está se fazendo aqui é o cumprimento da lei e não a vontade de desempregar. Os supermercados, assim como todo e qualquer empresário, e eu já fui empresária, quero dizer que o bem maior de um empresário é o seu cliente, eles usarão dessa estratégia, terão empacotadores para conquistar esses clientes. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Queria registrar aqui a presença do setor feminino do MDB, e da Presidente Fátima Monks; bem-vindas, fiquem à vontade, o MDB realmente valoriza muito o setor feminino do partido.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente Idenir Cecchim, quero cumprimentar todas e todos que nos assistem pela TVCâmara, pelo YouTube. Eu gostaria de debater inicialmente com a Ver.^a Mônica Leal, a quem eu respeito muito, a gente tem tido uma atuação unificada em vários pontos na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – não é, vereadora? – , mas, nessa questão específica, eu gostaria de apresentar uma discordância. A Câmara de Vereadores, como instituição, como Legislativo da nossa cidade, uma Casa representativa dos interesses da nossa população, ela transmite mensagens ao povo de Porto Alegre quando organiza sua pauta, quando propõe uma discussão à cidade, e o que a gente está vendo nessa discussão aqui e em outras que nós já tivemos ao longo do ano, são elementos que vão contra o interesse da população, que neste momento precisa de uma atuação nossa para resolver os problemas mais sentidos. Hoje nós temos, no Estado do Rio Grande do Sul, cerca de 530 mil pessoas desempregadas; desemprego é uma triste realidade para nossa população, em nível nacional são cerca de 15 milhões, a subutilização da força de trabalho no Rio Grande do Sul está na casa dos 20% e a Câmara de Vereadores até este momento só votou neste plenário, quando o assunto era emprego, medidas que desincentivavam, medidas como a reforma da Previdência que precarizaram as relações de trabalho que vão fazer com que os servidores públicos, nos próximos anos, ou percam as suas funções ou vão sendo substituídos por trabalhadores contratados em regime de terceirização que não conseguem corresponder diretamente o interesse da população de Porto Alegre, principalmente nas periferias porque não tem condição para fazer isso. Esta lei que a gente está discutindo aqui agora existe todo um imbróglio jurídico em torno dela, mas a mensagem que a Câmara de Vereadores vai dar neste momento, se ela for aprovada, vai, sim, no sentido de restringir possibilidade de emprego. Inclusive, e é importante que se saiba, a grande maioria das pessoas que ocupam o posto de empacotador são pessoas jovens de periferia. E tem um dado importantíssimo, hoje mais ou menos 80% dos jovens desempregados entre 17 e 29

anos tem baixa escolaridade e esse emprego também oferece para essas pessoas a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Então, aprovando esta lei hoje, a gente está dando o sinal verde para que se pare esse tipo de contratações. Nós poderíamos estar discutindo aqui alguma proposição, foi falado aqui da questão ambiental, eu defendo muito que a gente vá restringindo, nos próximos anos, o uso de sacolas plásticas, criando alternativas nesse sentido, mas não é isso que gente está debatendo aqui agora, nós estamos discutindo especificamente uma função, um trabalho, certo, num momento em que a gente vive uma situação de desemprego crônico em todo o Brasil. Nós também poderemos estar pensando aqui que essa medida favorece os pequenos empresários que neste momento precisam do incentivo da Câmara de Vereadores, mas eu também não vejo por essa ótica, porque a legislação já coloca a possibilidade, para quem tem até 12 caixas, de não contratar. Então é uma lei que vai ao encontro do interesse dos grandes, essa é a questão. Aqui, na cidade de Porto Alegre, empresas do Rio Grande do Sul, a companhia Zaffari com um lucro, último registrado, de mais de seis milhões de reais. As grandes empresas que atuam, os grandes conglomerados, alguns já não tem, inclusive, a função do empacotador e, ao mesmo tempo, colocam no bolso anualmente também bilhões de reais. Essa é a questão que a gente está discutindo, mais uma mensagem do Legislativo municipal dizendo com o discurso da livre iniciativa, da liberdade, não cria empregos, mesmo aqueles precários, não cria. A discussão da liberdade que a gente aqui tem que fazer nas nossas comunidades, Ver.^a Bruna, é ter comida na mesa, é ter dinheiro na conta no final do mês para ter o básico, para poder pegar um ônibus, para poder ter produtos de higiene, para poder ter direito ao lazer, isso é liberdade não restringir emprego, precarizar função de trabalho privilegiando os grandes da nossa cidade, do nosso País. Por isso a gente vai votar contra essa lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Eu estava agora conversando com o pessoal e o primeiro dia que a gente chega na Câmara é impressionante, porque a gente está aqui debatendo, na verdade, o desemprego da juventude como o próprio Ver. Mateus levantou. Isso é muito complicado, porque nós estamos aqui e fomos escolhidos e escolhidas para estar aqui pelo povo e a gente vem para cá para debater tudo que é prejudicial, parece, para o povo. Eu analisei o projeto de lei e a gente percebe que vai gerar desemprego para juventude. Hoje, nós estamos com índice de desemprego muito grande, a juventude negra, principalmente a juventude periférica vem sido muito prejudicada em meio a essa pandemia e ainda assim nós temos vereadores que querem debater o desemprego da juventude. Como eu tinha dito na minha abertura, o meu objetivo aqui e dos meus camaradas da bancada negra, mas também da oposição deste espaço, é defender os direitos dos trabalhadores, é defender

os direitos dessa juventude e é por isso que eu não tenho acordo nenhum com essa proposta de tirar os empacotadores do supermercado. Porque, se essa é uma alternativa para a juventude, aquela juventude quem nem sempre tem acesso ao ensino, nem sempre tem acesso à universidade – eu sou estudante de direito e sou muito grata por ter conseguido entrar na universidade –, mas consigo entender a realidade da juventude brasileira, não é total de estar dentro da universidade. Nós precisamos debater projetos aqui que sejam benéficos para o povo e benéficos para a juventude para gerar emprego e não gerar desemprego. Nós estamos aqui e há muito tempo também debatendo outros temas como a retirada dos cobradores, a privatização da Carris, tudo que prejudica o povo de uma certa forma. Então nós precisamos prestar muita atenção, eu sinto muito, muitíssimo, que o canal da TVCâmara não está aberto para todas pessoas na televisão aberta, porque era necessário que o povo visse o que é debatido aqui dentro, é necessário que o povo visse quem é que corta os direitos deles aqui dentro. Mas pode deixar, hoje nós vamos divulgar, e muito bem divulgado, o que está sendo debatido e vamos mostrar para a população qual é o tipo de projeto, em meio ao desemprego, que alguns vereadores querem debater dentro desta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Só para informar para a vereadora que o canal é aberto, passa também no Facebook, e as pessoas têm acesso. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº172/17.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Ver. Idenir Cecchim, na presidência dos trabalhos; colegas, aos proponentes do projeto em questão. Eu gostaria de me dirigir, na tarde de hoje, sobre esse tema em respeito a toda a consideração e a preocupação que o Ver. Gilson Padeiro, colega de bancada, e agradeço aqui aos colegas de bancada, Ver. Ramiro Rosário, Ver. Gilson Padeiro e Ver. Kaká D'Ávila, que também têm uma preocupação sobre empregabilidade e renda. Quero deixar muito claro aqui que nós estamos debatendo sobre a questão da constitucionalidade da proposta ou não que é, Ver. Mauro, o que se debate aqui sobre que eficácia tem a proposição. A gente tem hoje estabelecimentos que não possuem a figura do trabalhador, e ouvi atentamente o que a Ver.^a Mônica disse aqui que também defende e se preocupa. Quero falar para o Ver. Gilson Padeiro que, infelizmente, Ver.^a Mônica, como é um projeto de revogação, nós, vereadores, sequer podemos apresentar uma emenda, Ver. Gilson, pedindo que os estabelecimentos ou prevendo que os estabelecimentos, ao menos nos caixas prioritários, pudessem ter. Há uma discussão aqui, uma comissão, vários servidores procuraram alguns gabinetes, Ver.^a Mônica, porque a gente também tem aqueles caixas exclusivos da mãe que está com o filho no colo, da questão do deficiente, mas a gente não pode propor. Então, a pedido do nosso querido Ver. Gilson Padeiro, registro, em nome da nossa bancada, essa preocupação,

porém registro também aqui a questão da constitucionalidade que é o que nos leva a fazer este debate e dizer publicamente, em nome do Ver. Gilson Padeiro e também do Ver. Kaká D'Ávila – não está no plenário –, que nós não podemos apresentar nenhuma emenda porque se trata de uma revogação. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 172/17.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde Ver.^a Comandante Nádia, na presidência dos trabalhos, colegas vereadores, eu ouvi atentamente aqui a todos os colegas e respeito também a opinião de cada um, porém, nessa função de empacotador no mercado, muitos jovens têm como a sua oportunidade seu primeiro emprego. Eu lembro muito bem, quando eu cheguei em Porto Alegre no ano de 1985, com 17 anos, eu procurei uma rede de mercado para trabalhar e estou esperando até hoje, não me chamaram, mas eu fui escrito, eu procurei no mercado para trabalhar o meu primeiro emprego, infelizmente eu não consegui. A questão das pessoas com deficiência, fora os jovens com saúde, nessa função, trabalham muitas pessoas com deficiência também, então isso é uma preocupação, onde essas pessoas vão trabalhar? Na verdade, mesmo que seja inconstitucional, mesmo que a lei não esteja valendo, hoje existe a lei mesmo sendo inconstitucional. Eu entendo, se ela é inconstitucional, quem tem que procurar a justiça são as associações dos supermercadistas. Eu entendo que não tem que ser a Câmara de Vereadores que vai tomar esse primeiro passo. Então, aquele que se sente lesado ou acha que é inconstitucional, no caso os empresários, eles que procurem a lei. Existindo a lei, mesmo inconstitucional, por que retirar se ela não faz efeito nenhum, deixa estar, não é a Câmara de Vereadores que tem que tomar essa iniciativa. E eu fico muito receoso de nós votarmos para retirada da lei e amanhã ou depois começa a ter um grande desemprego nessa função. Eu no caixa do mercado esta semana, a menina que estava empacotando, num mercado pequeno, era a mesma atendente do caixa e eu perguntei para ela se têm pessoas que ajudam ela e ela disse que não, é o dia todo nessa função, atende o caixa e empacota também. Ela disse: estou esgotada, meus braços não aguentam mais de dor. Então são vários itens que a gente tem que observar bastante. O Republicanos não vai se responsabilizar de retirar essa lei. Então, eu e o Ver. Alvoni Medina iremos votar contra. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o PLL nº 172/17. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, nos anos 1900 – vamos deixar por aí, não é Mauro –, obtive um emprego de empacotador no Dosul, um supermercado que não existe mais, no Partenon, na Av. Bento Gonçalves, onde depois de um tempo foi instalado o Carrefour. Saindo do Dosul, fui trabalhar na Casa Pimenta, uma ferragem em Porto Alegre, como empacotador; saindo da Casa Pimenta, fui trabalhar na Timão Tintas, como empacotador; saindo da Timão Tintas, fui trabalhar na Gerhardt, como empacotador - uma função que me permitia a ajudar no sustento da minha família, função que não existe mais. Chega em qualquer loja do varejo, não tem empacotador; chega em redes de supermercados, algumas tem empacotador, porque é critério da rede de supermercado. O sindicato, do qual seu secretário-geral, na nossa convenção coletiva do setor atacadista de gêneros alimentícios, salário do empacotador, com a alegação que é o primeiro emprego, um salário mais baixo do que outro. Quando este projeto aqui estava, nós discutimos muito essa questão de ter um empacotador no supermercado, da geração desse primeiro emprego, de ter empacotador, não só no supermercado, mas de ter empacotador no varejo, algo que não existe mais, algo que tinha nas Lojas Renner, nas Lojas Alfred, em todas as lojas de vestuário e lojas de varejo, só não tinha empacotador em loja de eletro e eletro pesado, mas no setor do comércio todo tinha empacotador. Hoje, a gente chega numa loja, vai comprar, compra e recebe o saquinho, decorado, com a fitinha que leva para casa, bota ali no saquinho, passa. Nós vivemos num período em que o desemprego é imenso. Não tem trânsito em julgado dessa questão do empacotador no Supremo Tribunal Federal, não existe trânsito em julgado, decisão do Supremo Tribunal Federal não existe; existe a discussão do tema, se tem ou não empacotador. Agora, quem determina isso é o mercado, quero dizer para vocês. Se eu for ao mercado e não tiver empacotador eu não compro, porque não tem diferença nenhuma do preço do produto do mercado que eu vou e faço o pacote. Eu quero dizer que os mercados da periferia, o Ver. Mauro, que é da minha região, sabe o que estou dizendo, os nossos mercados lá, o Supermago, o Itu, Centerpan, todos eles têm a função do empacotador, não porque a lei diz que tem que ter a função de empacotador, têm porque um deles tem, e o resto bota empacotador, principalmente, como foi dito aqui, para ajudar a pessoa idosa, para ajudar as pessoas com deficiência - isso é lei de mercado. Nós temos o piso do empacotador? Temos e vamos continuar tendo, nunca precisamos de lei para ter empacotador dentro do setor de supermercado. É a demanda – eu quero que vocês entendam que isso é demanda do comércio; é que nem dissermos que toda loja que vende carro tem que ter um carro para fazer *test drive*, então, é a mesma coisa, é como fizemos uma lei dizendo que toda loja que vende carro em Porto Alegre terá que ter *test drive*; que toda loja que vende *lingerie* terá que ter um pacote vermelho. Eu sou sindicalista; depois o Ver. Matheus vem para cá dizer: "O Ver. Janta, sindicalista... Uma coisa assim. Mas estou falando do que eu entendo, quero que vocês entendem, sou sindicalista, sou do comércio, trabalhei e trabalho no comércio a minha vida inteira. O que determina isso é o mercado. Nós podemos ter a lei que tiver no mundo, se o jovem não quiser trabalhar de empacotador, não teremos empacotador. Tanto que, ao chegarmos nos mercados da periferia, pegando o nosso exemplo de novo, Ver. Mauro

Pinheiro, são as senhoras que fazem o pacote. Nós estamos discutindo muito isso com vários setores, de aproveitar as pessoas idosas, aproveitar as pessoas com deficiência leve para fazer esse trabalho; agora, volto a dizer, isso é uma oferta de mercado. Aí vão dizer que o Janta, como sindicalista, vem falar – estou falando como é o setor do comércio, é diferente, uma indústria só vai conseguir produzir o produto se ela tiver um soldador; o mercado que não tiver o empacotador, o cliente... Teve uma rede de supermercado que veio do exterior para cá, instalou-se aqui, e nós dizemos que não duraria 10 anos. Essa rede veio com a política de não ter empacotador, ela veio com essa política; vendeu todas as suas operações em Porto Alegre, vendeu suas operações em vários lugares do Brasil, porque é uma cultura tu ires a um estabelecimento que tenha o empacotador. Mas, volto a dizer, nós não dependemos da lei municipal para que, na cidade de Porto Alegre, as pequenas, médias e grandes redes, armazéns, tenham empacotador. Nós temos que gerar emprego, é necessário, é imprescindível a geração de emprego e renda, mas um emprego, não que seja aquele emprego que hoje as grandes redes de supermercado, já faço aqui um apelo, quem os tiver, encaminhe para as redes de supermercado, crianças que queiram trabalhar de empacotador, porque é o que pegam, até os 16, 17 anos, antes disso não querem trabalhar de empacotador, já querem ir para o caixa. Dos muitos dos que iniciaram no pacote, alguns, que é o meu caso, viraram até vereador em Porto Alegre. Iniciei no pacote no Dosul, no tempo de sacola de papel! Então, eu quero dizer para vocês que nós, revogando ou não, votando ou não, essa lei, o que vai determinar o uso de empacotadores no supermercado é a demanda da população, é o contato com o cliente. Ninguém – volto lá na questão das passagens de ônibus – tem uma empresa que não dá lucro, que é a alegação da ATP. Se eu vejo que o meu cliente necessita de empacotador, se eu vejo que o meu cliente necessita de estacionamento, se eu vejo que o meu cliente necessita que alguém ajude a colocar as compras no carro, se eu vejo que o meu cliente quer que eu entregue as compras na casa dele – tem supermercado que entrega as compras na casa, inclusive os perecíveis –, se eu vejo que o meu cliente não quer sair de casa, isso é uma coisa que estamos regulamentando, a compra *on-line* em setores de supermercados. Se vocês entrar no Instagram, no Facebook, vocês vão ver várias empresas anunciando, inclusive empresas de aplicativo, fazendo entrega de comida para as pessoas. Isso é mercado, eu quero que vocês entendam isso! Isso é mercado! Isso é permitir que o mercado escolha, e exigir, como consumidor, isso. Eu já tive embates com representantes de vários setores da sociedade. Isso é que nem a pessoa que chega no aeroporto, Ver. Mauro Pinheiro, para fazer o seu *checkin* eletrônico; isso é que nem a pessoa que chega estacionamento e, pela comodidade, bota o seu *ticket* e paga com seu cartão de crédito. Então, quantas e quantas vagas de emprego já botamos fora para nos dar esse conforto? Agora, levar a sacola para casa, empacotar o meu rancho, a minha compra, isso quem regula é o mercado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 172/17.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas. A minha preocupação é a mesma do Ver. Freitas, nosso presidente; a nossa preocupação, Ver. Felipe Camozzato, em relação a este projeto, é quantos empregos estarão comprometidos com a revogação dessa lei. Sabemos que muitos jovens ingressam no mercado de trabalho na função de empacotador; então, parece que essa proposição só agrada aos grandes empresários, que passarão a ter mais lucros em desfavor da mão de obra. Assim, nós vereadores da bancada do Republicanos, estaremos votando contrariamente. Se essa lei não prejudica a sociedade, por que estamos discutindo a sua revogação? Um abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 172/17.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Adam Smith, maior pensador liberal, criticava a concentração de riqueza, criticava, inclusive o excesso de desregulamentação. É só olhar os escritos de Adam Smith, tão citado pelos liberais do nosso País. Achar que a mão invisível do mercado, traduzindo, as empresas, o empresariado, vai fazer o contraponto, vai achar o equilíbrio, isso já foi demonstrado inúmeras vezes que não funciona. Nos Estados Unidos, na maior crise econômica, na metade dos anos 2000, pouco além da metade, no momento que os bancos quebraram, a partir da bolha imobiliária, foi necessária a intervenção estatal para salvar os bilionários daquele país. Isso demonstra que o livre mercado, a livre iniciativa, a mão invisível do mercado, tão defendida pelos neoliberais ou pelos pós-neoliberais, é ineficiente, não funciona. No momento em que, nesta Casa, estamos votando uma lei de desregulamentação, em que o Estado, no papel da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, se retira da manutenção de uma política de criação e geração de empregos, isso é mais um passo na lógica da direita nacional. Esse mesmo campo político, representado hoje pelo partido NOVO, PSL, DEM, MDB, de certa forma, PSDB, que fizeram a reforma da Previdência, que fizeram a terceirização, irrestrita praticamente, que atacam servidores públicos, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, através da PEC nº 32, que tem como objetivo acabar com a estabilidade do trabalhador e da trabalhadora do serviço público, para que os seus apadrinhados possam ocupar esses cargos para que o peculato, conhecido como rachadinha, prospere, esse mesmo campo político que quer de todas as formas desregulamentar as garantias básicas do trabalho no nosso País age, através desse tipo de proposta, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Se fosse realmente válida essa lógica de que o mercado se autorregula e de que o Estado não tem que, de forma alguma, interferir nas políticas públicas e na manutenção do emprego e da renda, o Brasil, com toda desregulamentação que se observou desde 2016 para cá,

deveria estar vivendo o pleno emprego, deveríamos ter vivido um momento de aumento de renda, deveríamos estar hoje numa posição muito melhor em relação à inflação. Porque todas as políticas defendidas pelo campo da direita, pelo campo neoliberal, estão sendo colocadas em prática de forma agressiva, acelerada, e todas as reformas têm passado, e o que nós vemos é o quê? Desemprego, diminuição da renda, precarização dos serviços, problemas em conseguir acessar à aposentadoria e, muito em breve, isso vai colapsar o nosso País. Por isso a bancada do Partido dos Trabalhadores, que tem ainda Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Laura Sito, indica voto contrário a esta lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 172/17.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Subo nesta tribuna para encaminhar voto contrário a este projeto. Como muito bem foi argumentado pelo meus colegas que me antecederam, é um descenso, apesar da proposição ser de desburocratizar um segmento do nosso mercado de trabalho, que é o setor de supermercados, é um descenso em meio a uma crise econômica que vem jogando para a informalidade milhares de trabalhadores, sobretudo essa parcela mais jovem e desqualificada, que é exatamente o perfil que abarca esse tipo de emprego, que é emprego de empacotador, é um descenso excluir a obrigatoriedade e excluir postos de trabalho em meio a uma crise econômica. Quem planta fins de postos de trabalho colhe desemprego. Isso vem acontecendo sistematicamente com os guardadores de veículo, que foram substituídos pelos parquímetros, com o caixa eletrônico, que foi a substituição da atendente nos bancos, isso vem acontecendo com a implementação de novas tecnologias; hoje a gente acessa tudo na palma da mão. Eu venho colocando isso, diversas vezes, nesta tribuna, serviços, Porto Alegre é uma capital que basicamente se localiza dentro da área de serviços, é isso que emprega o nosso povo. Essas novas tecnologias, de partidos do tipo NOVO, que buscam desburocratizar, não têm essa preocupação com a geração de empregos que minimamente garantam às pessoas terem um salário mínimo e uma condição de estabilidade, um Fundo De Garantia, o direito a ficar doente, o direito a se aposentar. A liberalização da economia em países do tipo nosso não se sustenta, um País que tem um legado de milhares de pessoas que nunca conseguiram se incluir de forma adequada dentro do mercado de trabalho formal, e todas essas reformas que vêm sendo promovidas, reforma trabalhista, terceirização da atividade-fim, reforma da Previdência, vêm colocando para juventude, que é o segmento, de novo, repito, que vai ser impactado pela aprovação desta lei. O meu primeiro emprego foi de telemarketing; o primeiro de muitos jovens, com certeza, foi de empacotador, e, desobrigar os supermercados a garantir esse mercado de trabalho, essa oferta, que muitas vezes é o primeiro emprego de muito jovem, é um descenso muito grande. Então, é importante a gente colocar aqui, nesta tribuna, que isso é um ataque à

perspectiva da juventude conseguir minimamente se inserir dentro do mercado de trabalho, é muito triste que isso vem acontecendo no meio de uma crise econômica, de uma pandemia, a galeria está vazia, e é um oportunismo muito grande aprovar um projeto de tamanha envergadura para nossa cidade, assim como foi dos carroceiros, assim como foi o dos guardadores de veículos e, com certeza, vai jogar milhares de jovens para uma informalidade ainda mais brutal. Então, é disso que nós estamos falando, perdas de perspectiva, estamos retirando a possibilidade de ter um futuro minimamente digno, não tem nada a ver com garantir mais lucros para rede de supermercado, que é o que embasa de fundo este projeto do partido NOVO. Quanto menos o supermercado tiver que gastar com força de trabalho, para eles, melhor, mais lucros eles vão ter, mas, na perspectiva de quem trabalha, de quem precisa minimamente de um salário para se sustentar, que é a realidade do trabalhador brasileiro, não de quem é herdeiro, não de quem tem a sua vida garantida, não é a perspectiva de quem vem de família de políticos, a realidade de boa parte do povo de Porto Alegre, da juventude de Porto Alegre, este projeto, ao ser implementado, é uma tragédia. E a gente, com certeza, vai voltar a debatê-lo no ano que vem, nos próximos períodos, quando a gente vê o crescimento do desemprego dentro da nossa cidade. Tem consequência aquilo que a gente debate nesta tribuna, aquilo que a gente vota ali no painel tem consequência, e é importante a gente ter a memória do nosso povo trabalhador que não está conseguindo acessar este debate porque está mais preocupado em trabalhar, se sustentar, sobreviver, do que acompanhar a patifaria que acontece, muitas vezes, aqui dentro desta Casa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de agradecer e cumprimentar a presença do diretor-geral do DMAE, Alexandre Garcia. Obrigado pela presença.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra encaminhar a votação do PLL nº 172/17.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Volto a esta tribuna por uma questão de necessidade de explicar, esclarecer algo que escutei aqui de dois vereadores, eu acredito até que mais de um, dos meus queridos amigos Ver. Medina e Ver. Freitas, quando eles dizem: "Por que a Câmara está fazendo isso? Vamos deixar para que os empresários, os donos de supermercados façam, tomem essa medida, a questão da lei". Mas é muito simples de explicar: o projeto do Ver. Felipe Camozzato entrou nesta Casa, ele foi protocolado, ele tramitou, ele passou pela procuradoria para receber o parecer, as Comissões afins, e hoje ele está aqui para votar. Nós, vereadores, não podemos nos eximir, de forma alguma, de votar "sim" ou "não"; nós temos que votar, é obrigação nossa. Então é simples, o projeto quer tirar a obrigatoriedade da lei que os donos de supermercado terão a liberdade de ter empacotadores. É só isso, não significa que não

terão mais empacotadores, não, eles só não terão essa obrigatoriedade, eles vão oferecer esse serviço ou não. Apenas isso, para ficar bem claro. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 172/17.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Pessoal, olha só, queria falar para os eleitores, para as pessoas que estão em casa assistindo a sessão na Câmara de Vereadores. Existe uma diferença entre a intenção da lei e o que a lei efetivamente fala. A intenção desta lei claramente era permitir que jovens pudesse ter mais chance de conseguir o primeiro emprego, com certeza. Essa foi a intenção. Vamos fingir que o legislador, quando fez a lei, estava bem-intencionado, ele queria dar uma oportunidade aos jovens que não tinham emprego. Na prática, os pequenos comerciantes que trabalham com vendas, alguns, nós sabemos que não contratam empacotador, o mercado da periferia, o mercadinho de família, na região mais central, na prática, por conta desta lei, esses pequenos comerciantes que não contratam empacotadores estão sujeitos a serem multados pela Prefeitura. Então, infelizmente, mesmo não tendo trazido maior empregabilidade... (Problemas na conexão.) ...porque a lei não está sendo aplicada, e esse pequeno empreendedor é multado por estar empreendendo na cidade de Porto Alegre. Eu, por acaso, estou falando alguma mentira? É mentira que algum empreendedor hoje que não contratou um empacotador não está correndo risco de receber uma multa por conta desta lei? É verdade que ele corre esse risco. Então, nós não estamos discutindo aqui se esta lei vai gerar ou não emprego, porque ela não gerou nenhum emprego, porque ela não está sendo aplicada. Mas vamos fingir que um governo, que não gosta de empreendedor, resolve multar aqueles empreendedores que hoje têm um mercadinho na periferia e não empregam empacotador, ele pode, inclusive, a partir desta lei, essa e muitas outras leis esdrúxulas, fechar esse mercado porque, por algum motivo escuso, eventualmente, ele poderia estar querendo favorecer o mercado do lado. É justo que a gente dê esse poder para prefeito, esse poder para o Executivo, esse poder para que o Estado possa escolher qual é o mercado que ele abre e qual o mercado que ele fecha a partir da fiscalização, que a gente sabe que, muitas vezes, tem o risco de ser parcial? Eu tenho um exemplo de uma lei que foi aprovada, em Viamão, que vai bem nesse sentido. Uma vereadora aprovou uma lei que obrigava que fossem feitos cardápios em braile para os restaurantes da cidade. Como é que os vereadores vão ser contra os cegos poderem entrar num restaurante e ter cardápio em braile? Como é que vai ser contra? Ela queria, não se preocupar com o cego, ela queria demonstrar virtude, porque ela queria mostrar para as pessoas que ela se preocupava com os oprimidos. Na prática, essa lei acabou sendo aprovada, não com o meu voto. Passou um tempo, o então prefeito estava perseguindo os empreendedores da cidade porque queria perseguir os desafetos políticos, ia no bairro daqueles vereadores que eram desafetos políticos dele e começou a fiscalizar os empreendedores: como é que está a

tua lâmpada? Qual é a largura da porta? Como é que está o seu banheiro? Como é que está a rampa de cadeirante? Quando não tinha nada para apontar para esse cara, o que o prefeito fez através dos seus fiscais? Senhor comerciante Joãozinho, o senhor que é aliado aqui do vereador tal - não falava isso, mas, na prática, era isso -, cadê o seu menu em braile? O senhor não tem aqui. Tem a lei 1.550 de 2019, que fala que o senhor tem que ter um menu em braile. Então o senhor vai ser multado porque não tem... (Problemas na conexão.) ...E agora eu pergunto: qual o dono de restaurante que não vai querer atender bem todos os seus clientes? Precisava dessa lei? Não, a lei não foi criada para ajudar as pessoas, ela foi criada para demonstrar a boa intenção do legislador. É isso que é. Essa lei aqui de Porto Alegre... (Problemas na conexão.) ...Nenhum. O que a esquerda está tentando fazer parecer? "Ah, nós somos os únicos que se preocupam com o emprego dos adolescentes, nós somos os únicos que querem que a população tenha renda. As pessoas que vão votar a favor desse projeto querem que os pobres morram de fome." Vocês estão vendo quão ridículos vocês são? A gente não pode julgar a lei pela intenção, tanto a intenção que parece quanto aquela que a gente fala, aos sete ventos, que nós estamos defendendo. Nós temos que julgar essa lei pelos seus efeitos, e eu pergunto: se essa lei for aplicada, quantos pequenos comércios vão ser fechados? Essa é pergunta. Por isso eu vou votar a favor, porque é uma lei demagógica. E parablenzo o vereador por ter coragem de defender a razão, apesar de toda essa dificuldade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 172/17.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, é importante, Ver. Pedro Ruas, a discussão, para nós sabermos o posicionamento político e o que cada um dos vereadores pensa. Mas essa lei já foi julgada inconstitucional pelo STF. Ela não tem mais efeito, já não existe mais a lei, não sei nem se há necessidade da revogação da lei. Então nós não estamos aqui decidindo se vão ter ou não empacotadores nos supermercados. O mérito já foi julgado pelo STF, sendo inconstitucional, pela livre iniciativa do mercado de contratar ou não. Isso foi definido pelo STF. Então nós estamos fazendo uma discussão de cunho ideológico, porque nada vai mudar. Se revogar ou não revogar a lei, o que hoje acontece na cidade de Porto Alegre, de ter ou não ter empacotadores nos supermercados, é uma decisão de livre iniciativa do empreendedor. Ele contrata se quiser contratar, se não quiser contratar, não contrata. Então nós estamos discutindo, vamos votar e independente do resultado nada vai mudar na cidade de Porto Alegre, porque isso já foi decidido pelo STF. Eu continuo defendendo a minha posição que sou contra a criar empregos por lei, o emprego tem que ser criado pela necessidade de ter aquela função numa empresa, independente de qual a função, inclusive sou favorável que se mude a obrigatoriedade de ter cobradores nos ônibus, que é exatamente o que estamos discutindo aqui. Nós temos uma lei que obriga as empresas a terem o cobrador nos ônibus. Eu gostaria que as

empresas de ônibus, se acharem necessidade de ter um cobrador, tenham um cobrador, se acharem que não tem necessidade, que não tenham. Assim como acho que o supermercado que acreditar que é importante ter um empacotador porque dá mais comodidade ao seu cliente, atende melhor o cliente, quiser entregar em casa a mercadoria, deve ter. Eu conheço vários mercados de bairro que têm empacotador, que entregam em casa, que fazem um atendimento diferenciado. Então essa é a realidade, que se dê a iniciativa para o empreendedor. Aquele empreendedor que quiser ter uma melhor qualidade no atendimento, vai ter, até porque, muitas vezes, o empacotador acaba ajudando no fluxo do *checkout*, da caixa registradora, dá mais agilidade, atendimento mais rápido ao seu cliente. Sabemos que o cliente hoje, cada dia mais, o tempo é a coisa mais importante da nossa vida, então a pessoa vai naquele mercado que tem um atendimento melhor, mais rápido, mais ágil e prefere inclusive pagar mais caro. Outras pessoas preferem esperar, pagar um preço menor e não ter empacotador, ter um atendimento mais lento, mas é mais barato. Então vamos deixar que o empreendedor e o cliente resolvam se querem ir na um local onde tem ou não tem, assim como nós não podemos decidir se o banco vai ter caixa eletrônica ou não vai ter, porque no momento que tem caixa eletrônica, diminui o número dos caixas que atendem fisicamente os seus clientes. Então, votarei favorável ao projeto, apesar de, independente do nosso voto hoje, essa lei já não existir mais na cidade de Porto Alegre, em decorrência da inconstitucionalidade já decidida pelo STF. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta pede uma questão de ordem?

Vereador Claudio Janta (SD): Questão de ordem, Sr. Presidente, até para ajudar esse plenário. Quem sou eu para ajudar esse plenário, mas para informar, como já tinha dito, fui confirmar, até para não dar uma informação errada para os nobres pares, o sindicato dos empregados do comércio de Porto Alegre, quando foi ajuizada essa lei contra à Câmara de Vereadores, contra o Município, o sindicato entrou como parte. E o sindicato, antes disso já, consta em convenção do sindicato com o sindicato de gêneros o uso de empacotadores no supermercado. Então, independente da lei que foi revogada, até o Supremo tinha dito que não, mas foi julgado e decidido, determinou que não cabe a obrigatoriedade de empacotador no setor de supermercado, que é assinada a convenção já há mais de uma década, tendo os empacotadores com salário e horário de trabalho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Vereador Claudio Janta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Laura Sito, o PLL nº 172/17. (Pausa.) (Após a

chamada nominal.) **REJEITADO** por 16 votos **SIM**, 18 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 172/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, recebemos dois requerimentos para inclusão de projetos na priorização. O primeiro requerimento é de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que solicita a inclusão do PLCL nº 017/21; o segundo requerimento é de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que solicita a inclusão do PLCE nº 008/21, ambos na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma questão de ordem e um esclarecimento, eu não sei se houve um requerimento de entrada de outros projetos ou se é um por um. Até consulto o líder do governo, não sei se houve.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Um é o do DMAE e o outro é o da Frente, que tinha sido acordado na reunião de Mesa e Lideranças.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, não, o da frente não vai poder entrar, Presidente, porque tem uma questão processual em relação a ele.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sem entrar no mérito dos projetos, que talvez até se vote a favor, mas, para o requerimento, em si, eu gostaria de pedir votação nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos votar, primeiro, o requerimento da Lourdes e depois o do DMAE, está *o.k.*?

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. Próximo requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Laura Sito e pelo Ver. Pedro Ruas, o

requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Felipe Camozzato havia pedido, e eu, por equívoco, não registrei a sua intenção de trocar o voto de “não” para “sim” ao requerimento relativo ao projeto do DMAE.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0400/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que altera o *caput* do art. 3º e inclui inc. VIII no *caput* do art. 2º e § 2º no art. 8º, renumerando o parágrafo único para § 1º, todos na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, definindo o regime jurídico especial a animais domésticos de estimação, incluindo no rol de práticas consideradas como maus tratos aos animais as constatações da Resolução nº 1.236, de 26 de outubro 2018, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e ampliando a legislação a ser aplicada para fins de proteção aos animais. **(SEI 035.00029/2021-08)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Lourdes Sprenger;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 017/21. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos adequando a legislação Municipal, o nosso código Municipal, que

foi uma lei que nós construímos em 2012, onde fizemos uma revogação de 24 leis desatualizadas, juntamente com a Procuradoria do Município, com a Procuradoria da Câmara e com todas as áreas da prefeitura envolvidas - elas eram convidadas a participar para nós podermos fazer a consolidação dessas leis com revogação. Então, o que nós estamos fazendo? Devido as dúvidas na fiscalização e nas delegacias para interpretar o que é maus-tratos, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, através dos seus técnicos, elaborou uma resolução federal; essa resolução é muito ampla e serve muito bem para interpretação até para o médico veterinário-fiscal. Então, nós estamos ampliando, dentro da Lei Complementar nº 694, o rol do que se enquadra em maus tratos. Ele é simples, ele está amparado pelo Conselho Federal de medicina veterinária, e eu conto com o apoio dos meus colegas. Quero, também, dizer à Ver.^a Cláudia falou que nós não seguimos o rito regimental. Ele existe, sim, vereadora, no regimento, onde diz que "dependerá de deliberação do plenário a alteração de prioridade estabelecida na ordem do dia, conforme deliberação anterior do colégio de líderes". Então, está assegurado o rito regimental. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Mais uma vez, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Ver.^a Lourdes, projeto que está na pauta, sobre a causa animal. Uma pauta tão relevante, tão pertinente e que vem ganhando adeptos, felizmente, no nosso país e no mundo inteiro. É importante que nós ampliemos essa pauta. Nós temos que sair, também, dos pets e ampliar o debate sobre o consumo consciente de produtos derivados de animais. Nós sabemos, hoje, que boa parte do aquecimento global vem da produção predatória vinculada à pecuária. A pecuária, hoje, é uma das principais responsáveis pelo desmatamento, pelo aquecimento global e por tudo o que nós estamos vendo no Pantanal e na Amazônia. Se nós não percebendo que a pauta da causa animal tem que andar junto com a do meio ambiente e deve andar junto com uma lógica de consumo consciente, nós não vamos avançar naquilo que é mais importa que é o equilíbrio entre progresso e o meio ambiente. Eu sou vegetariano, já faz mais de 20 anos, quase 30 anos. Vejo muitas pessoas se apropriando dessa pauta da causa animal de uma forma oportunista, o que, felizmente, não é o caso da Ver.^a Lourdes com esse projeto essencial para a nossa capital. Nós sabemos que inúmeros políticos enxergam na pauta da causa animal uma forma de angariar votos, porque é uma pauta muito simpática para grande parte da população. Isso tem que ser marcado, isso tem que ser alertado, para que nós, na próxima eleição, já no ano que vem, tenhamos cuidado com quem vai levantar essa bandeira, porque inúmeras pessoas, interessadas em votos, levantarão a bandeira da causa animal. Mas eu pergunto o que essas pessoas fizeram pelos animais. Quando eu falo animais, eu falo de um conceito mais amplo, falo desses seres sencientes, falo de uma postura que se deve ter no dia a

dia, numa postura frente ao consumo responsável e consciente contra crueldade Animal, contra eventos que comentam abusos contra os animais. Caso contrário, é simplesmente uma pauta eleitoreira, oportunista e que, ao fim e ao cabo, não ataca aquilo que é mais essencial nessa pauta. Essa alteração que a ver.^a Lourdes traz, nesse projeto, é extremamente válida, é extremamente bem-vinda. Porto Alegre avança nos direitos dos animais; e isso é exemplar, mas o meio ambiente deve ser protegido com cada vez mais leis, com cada vez mais projetos que tenham como objetivo preservar tudo aquilo que faz com que tenhamos uma sociedade, um planeta, uma cidade, um estado ou um país com equilíbrio ambiental. O que nós estamos vendo na Grécia, o que nós estamos vendo no Canadá - incêndios, queimadas, aumento das temperaturas, neve em locais que nunca nevaram - tem uma relação direta com a nossa relação. A própria pandemia tem uma relação direta com a forma como nós lidamos com a natureza, com os animais. Então, espero que isso seja uma forma de gerar um debate e aumentar a consciência de todos os habitantes do nosso planeta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL nº 017/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu queria, nessa Tribuna, parabenizar a iniciativa da querida colega Lourdes. Essa luta é fundamental, é uma luta de todas de todos; é preciso cerrar fileiras, para que todas as formas de vida sejam respeitadas. Nós, seres humanos, com a racionalidade que nos é característica, devemos lançar mão de todo esse conhecimento acumulado na história da humanidade, em ciência, em cultura e em tecnologia, para que as relações humanas não estejam acima das outras relações entre os seres vivos deste mundo que é complexo, é diverso. O planeta não é só nosso, Homo sapiens; fazer e acontecer, usar os recursos naturais, não se preocupar com as gerações futuras e, mais do que isso, não se preocupar com as outras formas de vida que dividem o território conosco. É fundamental pensar que o direito dos animais deve estar na ordem do dia, dos debates, nos parlamentos. É para isso que a gente precisa avançar em legislação, em cobrança e em fiscalização. Muita gente ganha dinheiro com a questão animal. O agronegócio é terrível, é preciso chegar mais pesadamente com a legislação em cima do agronegócio. A produção de proteínas, no Brasil, para exportação, essa produção tem uma matriz que não respeita o direito à vida dos animais, e a gente precisa discutir isso. Eu acho que temos de avançar, mas há mais a fazer. Por isso, eu me somo, Ver.^a Lourdes, a esta preocupação. Como parlamentar desta cidade, nós conhecemos a situação que é muito grave. Ainda as pessoas precisam ser convidadas a outros tipos de comportamento. Nós conhecemos várias tutoras, pessoas que abraçam a causa de vários animais que estão para doação. Eu quero usar esse tempo também para dizer "não compre um animal de estimação; adote". Há centenas de milhares na capital para serem adotados. Nós precisamos ter consciência, e a consciência se constrói ao longo do tempo. Nós avançamos em muita coisa na

sociedade; muita coisa de preconceito foi sendo desconstituída. São práticas culturais que a gente desenvolve e avança com humanidade; e eu acho que os trabalhadores, servidores públicos, também, têm muito a somar nisso. Nos órgãos de fiscalização dessas empresas que fazem procedimentos cirúrgicos, que fazem a exposição de animais, os servidores públicos precisam ser preparados e precisam ter mais servidores nessa área. A fiscalização, hoje, conta com poucos veterinários; nós precisamos, Prefeito Melo, da nomeação de mais veterinários para o gabinete da causa animal; faço aqui esse pedido da tribuna, já fiz esse pedido de forma escrita. É fundamental fortalecer as políticas; não retomaram a Seda, eu acho que deveriam ter retornado com a força que ela tinha. Não precisa criar o cargo de secretário-adjunto; tem que ter servidores públicos, tem que ter veterinários, técnicos para dar conta da demanda. É uma cidade muito grande, é uma capital com 1.500.000 habitantes. Nós fizemos uma proposição no plano plurianual e queremos desdobrá-la na LOA. Eu, nesse tempo que me cabe, digo o seguinte, para completar: nós precisamos ser responsáveis por todas as formas de vida que estão no território de Porto Alegre. Essa deve ser uma responsabilidade de todos os vereadores, não só com as pessoas. Com certeza, continuaremos lutando por políticas de assistência social, de educação, de saúde, geração de emprego e renda, saneamento; há gargalos enormes, mas a luta pelos direitos dos animais deve estar na ordem do dia. Não se trata de sobrepor uma sobre a outra, não é isso; nós temos uma luta na cidade e várias frentes, todas têm de ser ao mesmo tempo. É aquele debate que se fazia na economia, muitos diziam: primeiro o país tem que crescer, para depois de ter renda e distribuir. Não, é tudo ao mesmo tempo; nós não podemos esperar; nenhum e nenhuma pode esperar, para que o seu direito seja materializado. Pelos direitos dos animais, votaremos favoráveis a essa proposição. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais vereadores inscritos para discutir, passaremos à votação. Peço que o diretor leia o teor da Emenda nº 01 ao PLCL nº 017/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLCL nº 017/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 017/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Felipe Camozzato, o PLCL nº 017/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO por 28 votos SIM e 4 votos NÃO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCL nº 017/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0492/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/21, que altera o *caput* dos arts. 34 e 39, ambos da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987; inclui o art. 2º-A e revoga o art. 2º da Lei Complementar nº 206, de 28 de dezembro de 1989. **(Estruturação/DMAE, decorrente de incorporação/competências) (SEI 118.00149/2021-03)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 16-08-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 008/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores. Este projeto trazido pelo Executivo, a rigor, apenas faz a adequação – prezada Ver.^a Fran Rodrigues, que nos dá a honra de compor a bancada de oposição agora – de uma norma prévia de extinção do DEP; e o DMAE – a Ver.^a Laura Sito acompanha isso – passa a ter, além das suas funções originais, também as do antigo Departamento de Esgotos Pluviais, que era o DEP. Porém, a bancada de oposição, e aí é importante fazer esse registro, porque nós temos vereadoras e vereadores do PSOL, do PT, do PCdoB, apresentamos uma emenda a este projeto. A emenda está de acordo com o novo investimento que ocorrerá no departamento. O DMAE, Ver.^a Laura Sito, vai receber um investimento maior do poder público a partir da votação deste projeto, em relação ao qual, em princípio, somos inclusive favoráveis. Agora, seria justo imaginar mais um investimento público no DMAE, mais um investimento da sociedade inteira no Departamento Municipal de Águas e Esgotos, mais um aporte importante de recursos para entregá-lo à iniciativa privada? E essa a lógica com a qual nós vamos trabalhar? Fazer investimento, investimento, investimento e a entrega do patrimônio? Não. Nós, da oposição, entendemos que não. Entendemos que, em projetos dessa natureza, deve haver um regramento que proíba exatamente, por um prazo razoável, no caso cinco

anos, que proíba a privatização, a extinção; que proíba, de alguma maneira, que esse investimento público que agora autorizamos passe a ser, de alguma forma, mais um benefício para a iniciativa privada, que nada fez para conquistá-lo, a não ser contar com a ideia privatista do próprio governo. Por isso, meu prezado Ver. Idenir Cecchim, nós temos a ideia de que esta emenda seja aprovada dando garantias - sempre me honra com a sua audiência, com a sua atenção o amigo Djedah – ao povo de Porto Alegre de que esse investimento ficará, sim, como, e não será algo para engordar, no futuro, os cofres privados. E, Ver.^a Daiana, nada fizeram para merecer. A emenda, Ver. Leonel Radde, que nós apresentamos em conjunto - eu, V. Exa., a Ver.^a Daiana –, toda a oposição, é exatamente esse: proteger o novo investimento público que haverá em cima do que já existia pelo prazo mínimo de cinco anos. Um prazo mínimo que nos pareceu razoável, aceitável, e é pelo qual nós vamos lutar. Muito obrigado, Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim. Nós queremos, sim, a aprovação da emenda e é possível, claro, que votemos favorável ao projeto, mas eu vim aqui mais discutir e esclarecer o que é a emenda da oposição nesse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Ver. Cecchim, boa tarde colegas que nos acompanha em casa, nós viemos até aqui, fizemos essa emenda apresentada pelo Ver. Pedro Ruas em nome da oposição para, na verdade, provocar uma reflexão acerca da importância do DMAE para a nossa cidade e a importância dele para a população de Porto Alegre. Antes falava aqui com o Ver. Jonas e ele alertava para o quanto o DMAE é uma empresa superavitária, com mais de R\$ 300 milhões em caixa. Aqui nós estamos falando, inclusive, de ter mais recurso público numa empresa que é vital e estratégica, mas uma empresa que sofre constantemente ameaças e ataques da sua privatização. É fundamental inclusive que nós lembremos que Porto Alegre não só construiu essa empresa forte e vital num tema estratégico como é a água, como Porto Alegre, através do debate do DMAE, foi líder mundial na defesa da água pública, na luta contra a privatização da água no mundo. Portanto, nós termos que aqui apresentar uma emenda que reforça o debate conceitual sobre o fortalecimento do DMAE, de uma empresa pública, se coloca como uma cena triste para a realidade do debate público e político que nós temos na cidade de Porto Alegre. É importante lembrarmos, por exemplo, que na Rio 92, naquela conferência internacional, tornamos obrigatório o fornecimento de água potável nas vilas populares que não dispunham de rede de abastecimento, o que mostrou inclusive a construção e consolidação do DMAE na cidade de Porto Alegre como elemento fundamental. Quantos aqui vieram de regiões, como eu que morei muitos anos na Glória, numa região onde não tinha água, a água não

subia, e o quanto o DMAE, uma empresa pública, foi fundamental para que mais de 40.000 porto-alegrenses pudessem ter água nas suas casas. Portanto, a ideia da nossa emenda vem no sentido de poder fortalecer o conceito público do DMAE, poder fortalecer o seu sentido estratégico no desenvolvimento da cidade, e na oferta de um serviço público de qualidade aos porto-alegrenses.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidenta Mônica, que preside esta sessão, venho até essa tribuna aqui e vejo que o diretor-presidente do DMAE está na Casa, um abraço e obrigado pela presença. Quero dizer que é fundamental que esta Casa discuta saneamento. De certa forma, a vinda deste projeto nos ajuda a pensar a política pública de saneamento que está esquecida. Historicamente. Não estou aqui é culpando A ou B pontualmente, estou aqui dizendo que há uma demanda reprimida na cidade de muitos anos. Ponta Grossa, Belém Novo, Lami, Restinga, Sarandi, estou falando de regiões que nunca receberam o que merecem de política de saneamento real. E o DMAE hoje tem R\$ 300 milhões em caixa. Porque tem R\$ 300 milhões em caixa? Porque não reinveste esse dinheiro. Fico intrigado, fico me perguntando: o RH do DMAE só diminui, diminui, diminui. Marchezan pegou o DMAE com 1.300 funcionários, hoje tem menos de 1000. Como assim? Tem lugares que tinha cinco pessoas trabalhando, repartições do DMAE tinham cinco pessoas trabalhando em janeiro de 2017 e hoje tem uma pessoa. Vocês acham que vai funcionar assim? Sucateamento deliberado que tem que ser interrompido. Temos que ter concurso para vários cargos, não é só nomear engenheiros. Aliás, nomeiam poucos engenheiros. Eu quando acompanhei, como cidadão, aquela mudança: traz o DEP para dentro do DMAE, enfim, vocês sabem o que tinha no DEP, vocês viram nas páginas de jornais quanta corrupção fizeram lá. Políticos! Muitos estão sendo investigados até hoje. Tinha ruas que tinham 14, 15 bocas-de-lobo, e aí botavam no papel que limpavam 38, 39. Mas como, Ver. Ramiro, se aquela rua tinha 14, 15 bocas-de-lobo e no papel estava que tinha mais de 30 bocas-de-lobo. É um absurdo escandaloso as páginas policiais do DEP. Nós vimos que as equipes do DMAE, servidores de carreira, conseguiram avançar muito no serviço do DEP que estava parado. Eu sei porque eu conheço muito servidor e acompanho os serviços públicos da Prefeitura porque por quatro anos fui diretor-geral do Sindicato dos Municipários e a gente acaba conhecendo, sabendo que vai acontecendo. O que que eu quero dizer aqui: é fundamental que esse corpo técnico que conhece a história do DMAE possa ser ouvido para constituir as políticas de saneamento e avançar. Tem muita coisa para ser avançada, ninguém avança sozinho, não adianta achar que alguém é superpoderoso, sabe tudo de um tema, de um assunto.

Não, tem que juntar as pessoas para constituir uma mudança, porque ainda há em Porto Alegre falta de água. Esses projetos têm que sair do papel! Há um plano municipal de saneamento – você que nos ouve sabe disso? –, que é um plano com metas e estratégias para serem implementadas e cobradas. Qual de nós, vereadores, conhece e cobra? Eu votarei favorável a este projeto, mas eu quero muito mais do que só um projeto de uma adequação. Eu quero que as pessoas dessa cidade possam ter o direito real à água potável nas suas torneiras todo o dia, 24 horas por dia, e não como tem acontecido em muitos locais, as pessoas ficam dois, três dias... Ali nos Alpes, gente, tem que ter uma solução para os Alpes – Aldo, um grande abraço – comunidade que ficou cada vez mais populosa e não houve mudança do encanamento, ampliação, caixa d'água, reservatório. Como assim, uma zona alta da cidade! Tem que ter um planejamento! Onde é que está acontecendo a grande expansão na cidade? É o Extremo-Sul, a Zona Sul, sem sombra de dúvidas. Agora vamos discutir o plano diretor, e como é que vão ficar essas zonas que vai ter cada vez mais a verticalidade de moradias? Vai dar conta? Dias atrás me disseram que estava faltando água no Bom Fim. Não entendi, sinceramente! Então, gente, nós temos que tratar dessa questão séria porque é uma cidade que tem uma bacia enorme. Nós temos o Guaíba, imaginem! Como é que não vamos avançar nisso? Eu sei que o tratamento de esgoto, por exemplo, é um problema a ser tratado com vários outros municípios que poluem, que precisam tratar os seus rios, mas aqui o alagamento das avenidas, das residências... Eu estive visitando faz dois meses muitas residências na Ponta Grossa, vereadora Mônica, e quando chove alaga a casa deles. E eu estou falando em chover pouquinho, duas, três horas, chuvinha fraca. Era uma zona que era banhada, não teve saneamento. Vão acontecendo as ocupações, acontecendo as vendas, e depois que vem os serviços públicos. A gente precisa atentar para essas zonas, esses territórios e fortalecer o DMAE. O DMAE com R\$ 300 milhões em caixa tem que planejar o investimento desse dinheiro, e tem se manter na mão da Prefeitura, na mão pública, administrando com responsabilidade esse dinheiro. Agora, infelizmente – eu digo infelizmente, Ver. Bins Ely –, aumentou quase 10% a conta de água em Porto Alegre. E não é pouco, porque o cidadão não aumentou o salário mínimo e aumentou a conta de água.

Acho que isso tinha que ter sido discutido melhor, talvez um aumento escalonado se estava parado há muito tempo sem aumento, mas 10% é uma paulada. As pessoas estão olhando a conta de água agora e estão vendo o aumento, e estão nos consultando, estão mandando mensagem para o gabinete: Olha, Jonas, o que aconteceu, porque que aumentou? A gente está tendo que explicar e acho que a Prefeitura deveria se pronunciar por que que aumentou a conta de água tendo R\$ 300 milhões em caixa e aonde vai esse dinheiro do aumento, vai ser destinado direto para sanar os territórios que não tem saneamento e que está faltando água? Vão construir novos reservatórios? A Hípica, a Restinga, a Lomba do Pinheiro tem vários terrenos da Prefeitura que podem construir em curto prazo reservatórios de água e ajudar até o momento que virá aquela estação de tratamento de água do Belém Novo, que eu espero que venha logo, mas até lá as pessoas não podem, nos Extremo-Sul e na Zona Leste sofrendo com a falta d'água.

Então faço aqui essa solicitação ao governo e neste projeto específico contarão com meu voto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Senhora Presidente, senhoras e senhores vereadores, esta tarde, Ver. Cassiá, se discutiu muito aqui nessa Casa, as pessoas que estão em casa e nos dão a honra de nos assistir, provavelmente, não entenderam quase nada do que se falou durante a tarde toda. Porque nós complicamos as coisas aqui, assunto simples nós fizemos muitas voltas para chegar no objetivo. Não é o nosso forte objetivar os assuntos, mas aqui é um Parlamento, é um lugar de *parlare*, Ver. Ramiro, *parlare, parlare*, então temos que respeitar todas as opiniões.

Agora eu queria falar da emenda do meu querido amigo Pedro Ruas. Nós estamos tratando aqui de um projeto de adequação de uma taxa, nem é a tarifa, presidente do DMAE, é taxa né? Porque não mensurável a água do esgoto pluvial. Então seja lá tarifa, seja lá taxa, tarifa ou taxa, é uma coisa teoricamente simples, nós estamos adequando para que o DMAE possa usar o recurso que arrecada em fazer obras. Não vai mudar nada, nem no valor, nem na arrecadação. Não muda nada, só faz com que o DMAE possa autorizar isso para fazer obras. E nós vamos fazer isso. Eu queria convidar o Ver. Pedro Ruas, que é um vereador muito inteligente e que marca a posição, eu respeito, ele coloca uma emenda num projeto teoricamente simples. É importante porque todos os projetos em que se fala de dinheiro público são importantes. Mas eu queria convidar o Ver. Pedro Ruas para colocar essa emenda num projeto mais objetivo sobre o DMAE. Não estou dizendo aqui que queremos privatizar o DMAE, principalmente, a água, aquela que a gente bebe, a água tratada. Nós estamos falando hoje aqui da água pluvial, do DEP, antigo, falecido, Departamento de Esgotos Pluviais, e só para adequar. Uma votação teoricamente simples, que dava até para fazer por aclamação. Mas temos que votar essa emenda, em respeito ao vereador que colocou a emenda. Eu acho que é tipo um jabuti, em cima de uma árvore, o jabuti chega na árvore, ele diz ele "puxa, mas eu não como folha, o que que eu estou fazendo aqui?" Aí alguém diz para ele: "Não, foi a onda que te trouxe aqui." Por que o vento não leva jabuti para a árvore, mas uma onda de água ou alguém colocou lá, com a mão, o jabuti na árvore. Essa emenda do Ver. Pedro Ruas, eu a respeito, mas eu tenho que pedir aqui, para os vereadores, para rejeitarem essa emenda, Ver. Cassiá. Porque não é o momento e não é o local, não cabe neste projeto. Eu respeito a opinião do vereador contra a privatização, respeito, mas neste momento, eu acho que nós devemos rejeitar essa emenda e aprovar o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra discutir a votação do PLCE n.º 008/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Márcio, senhoras vereadoras, senhores vereadores; eu vou ser bem sucinto, até porque não se trata aqui de privatização, como disse o líder do governo, Cecchim, porque nunca fui consultado, nunca ouvi falar em privatização, desde que eu estou aqui, em relação ao DMAE. Portanto a minha opinião é também entendendo que o DMAE não se privatiza dentro dessa circunstância. Quero saudar aqui o diretor do DMAE, Alexandre Garcia, que está trabalhando muito bem no DMAE, tem atendido, e as demandas, Alexandre, são muitas na cidade. O DMAE é um órgão muito importante, quem sabe, uma das secretarias mais importantes da cidade, pelo seu volume, pela sua capacidade de interagir com a sociedade. Os problemas vão existir sempre, a cidade cresceu bastante, mas o DMAE tem que ter condição, e ele tem, pela sua estrutura de contemplar toda a cidade. Inclusive têm muitas contrapartidas que têm na direção do DMAE, que muitos aqui são contra. Eu não entendo como é que são contra as contrapartidas da sociedade, para fortalecer questão da água na cidade, que é premente. Se vocês pegarem, Alexandre, a Lomba do Pinheiro. O que é Lomba do Pinheiro hoje em comparação há 10 anos? É impressionante, foi o bairro que mais cresceu na cidade, às vezes, até desordenadamente. Portanto precisa de muito mais recursos. Então nesse aspecto, esta questão que nós vamos votar hoje é apenas uma adequação no DEP que nós, aqui mesmo, votamos para a integração completa com o DMAE que, vamos dizer assim, é o filho rico e, conseqüentemente, tem estrutura e está dando condições de fazer as obras na cidade. Então ficou essa peça lá que está voltando agora, sim, ou acompanhando, aquela estrutura toda do DEP, que foi para o DMAE. É nesse sentido, apenas uma adequação e, conseqüentemente, na estruturação do DMAE, decorrente da incorporação e competência, que passa a ser do DMAE. É nesse sentido que nós estamos votando, não vejo nem um problema, acho que todos vão votar. Porque se é bom para o DMAE, é bom para Porto Alegre. E o DMAE faz muito bem para sociedade porto-alegrense. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra discutir a votação do PLCE n.º 008/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas, subo à tribuna para fazer a defesa também desse projeto. Projeto necessário visto as condições sanitárias do nosso Município. A questão do esgoto e da contenção das águas da chuva é uma das principais demandas que chegou ao nosso mandato, desde que nós iniciamos, desde o rompimento da galeria da água da chuva das casas da Vila Jardim.

Semana passada, estávamos também na Ponta Grossa organizando um abaixo-assinado junto com os moradores, porque as galerias de bombas tinham sido barbarizadas, e roubaram os fios. Então, para nós, isso é uma questão de estrutura e que remete a iniciativas desse porte. Porque o incentivo, o orçamento, é fundamental. Tudo é caro no saneamento, e a gente precisa pensar, principalmente, no final do ano, quando a gente for discutir o orçamento do ano de 2022, qual a prioridade nós daremos para o debate de saneamento em Porto Alegre. A gente sabe, como são obras que não dão votos – como popularmente as comunidades nos colocam, porque são obras invisíveis –, a dificuldade de atentar o poder público em relação a esse problema estrutural. A nossa emenda, organizada pela oposição, quer também trazer o debate que está em voga, desde a gestão do governo Marchezan, sobre essas possibilidades de privatização do Departamento Municipal de Água e Esgoto do Município de Porto Alegre. No nosso entendimento é fundamental alocar recursos, repassar recursos, investir, para que a gente consiga ter contrapartidas imediatas e estruturais para suprir a demanda de esgoto da cidade de Porto Alegre. Mas também isso não pode estar combinado, na sequência, com projeto de privatização, parcerização, o nome que seja, para abrir esse patrimônio, que é nosso, um investimento público, para a iniciativa privada. Assim como aconteceu, recentemente, o caso da CARRIS, que nós aprovamos alguns empréstimos, de alguns milhões, para a empresa pública de transporte da cidade, e que agora o prefeito Melo traz um projeto para privatizar esse patrimônio, e quem vai pagar por tudo isso é a população de Porto Alegre. Então a nossa emenda é bem nesse sentido, investimentos, sim, para o DMAE, recursos, repassar, realocar, fazer discussão, na LOA de 2022. Ao mesmo tempo, não abrir mão de enfrentar a lógica liberal e privatizante, que também rege hoje a Prefeitura de Porto Alegre. Precisamos garantir um DMAE e de qualidade. Então a defesa da nossa emenda para combinar com a necessidade desse projeto também.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra discutir a votação do PLCE n.º 008/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Obrigado, Presidente. Ver. Jonas Reis, fiquei muito feliz aqui de ver que o PT reconhece um dos legados da gestão anterior, que foi a incorporação do extinto DEP ao DMAE e as suas consequências na vida real da cidade. No início de 2017, se falava em DEF, e vinham duas palavras em mente: roubalheira e incompetência. Nós tivemos diversos escândalos vinculados ao antigo Departamento de Esgotos Pluviais, nós tivemos diversos problemas de gestão, vinculados ao extinto DEP, que agravaram uma situação de uma cidade que já possui um déficit estrutural, diretor Alexandre, bilionário, na área de drenagem. Em 2017, foi tomada uma medida corajosa inicial, que foi a extinção do DEF, e repassar tudo a parte da manutenção do sistema de drenagem e de proteção contra as cheias da cidade, que é o serviço do dia a dia, do cotidiano. Desde a operação das casas de bombas até a

limpeza de redes pluviais, dragagens de arroio à Secretaria de Serviços Urbanos. E a parte de planejamento e obras, propriamente dito, à então Secretaria de Infraestrutura. Em 2018, nós demos mais um passo importante para incorporação completa, que foi repassar, não o comando da secretaria direto, mas repassar para o DMAE essa responsabilidade de fazer a gestão da manutenção dos serviços de drenagem na nossa cidade. Com isso nós conseguimos resultados práticos na vida real de Porto Alegre, como a redução dos mais de 25 mil protocolos, do 156, em aberto, sem atendimento, aquele pedido, aquela solicitação, que o cidadão faz a Prefeitura, e que não tem retorno, que havia em 2016, para uma média hoje, no DMAE, de mil protocolos no fechamento de cada mês, que naturalmente vão ingressando novos protocolos, os restantes vão sendo atendidos e se mantém ali uma média de mil protocolos. A queda é de 25 mil para mil. Isto é resultado direto de uma gestão eficiente, de uma capacidade de alocar recursos da chamada tarifa três, para que ela seja implementada, empregada 100% na manutenção do sistema. O que antes não acontecia. Porque essa tarifa três, que, a grosso modo, serviria pelo aluguel das redes pluviais, pelo DMAE, naqueles bairros que não têm separador absoluto, que não têm a rede cloacal e que, portanto, se precisa utilizar a rede pluvial, que deveria receber apenas a água da chuva e acaba recebendo a contribuição do esgoto, prejudicando a infraestrutura da nossa cidade e contribuindo muito para os alagamentos também, esse dinheiro antes saía do DMAE, ia para a caixa único da Prefeitura, e ali se perdia. Era uma parte investida apenas manutenção do sistema, e outras iam inclusive para despesas correntes do Município. Desde a incorporação isso já não acontece mais, diretor Alexandre, temos cerca de R\$ 50 milhões por ano investidos diretamente na manutenção do sistema de drenagem, o que, além de contribuir para a diminuição do número de protocolos, também contribui diretamente no combate alagamentos, inclusive com recursos investidos da manutenção preventiva de casas de bombas, que lá em janeiro de 2017 funcionavam com apenas 40% da sua capacidade operacional, daquilo que elas haviam sido inicialmente projetadas, e hoje já estão na casa dos 90% de funcionamento da sua capacidade operacional, combatendo diretamente os alagamentos, principalmente nos bairros com maior déficit de drenagem.

O projeto de lei que foi encaminhado pelo Executivo, Presidente Márcio Bins Ely, vem coroar esse trabalho e também amplia, na medida de que outros recursos do DMAE poderão ser utilizados também para obras de drenagem na nossa cidade; e aqui a gente burla a burocracia – burla, não; burla pode ser uma palavra mal interpretada –, vence a burocracia, porque o DMAE consegue investir recursos diretos, esses recursos, que inclusive aqui o Ver. Jonas Reis disse que o DMAE têm caixa, para investimento em obras de drenagem, beneficiando diretamente a população, coisa que hoje ainda não é possível devido a não aprovação desta lei. Portanto é um importante passo para que a gente possa fazer isso. Vou dar um exemplo prático para que vocês possam compreender a importância disso: está em andamento o maior conjunto de obras de macrodrenagem da história de Porto Alegre, que é o conjunto da bacia do arroio Areia, que pega 14 bairros, desde os altos da Av. Protásio Alves até a região de planície na Av. Sertório, que alaga há mais de 40 anos. São 26 obras, essas obras têm

financiamento federal e, obviamente, para que elas avancem, precisa ter a liberação de recursos, mas, muitas vezes, esses recursos não chegam a tempo ou com o tempo necessário, o tempo que nós gostaríamos de ver as obras avançando com mais celeridade. Com a aprovação aqui, poderá o DMAE antecipar recursos para que essas obras não fiquem paralisadas sequer um dia e aí, depois sim, teria um aporte do governo federal do financiamento relacionado às obras de macrodrenagem do arroio Areia. O projeto traz agilidade, ele vence a burocracia e ele consegue fazer com que nós tenhamos um planejamento mais efetivo e obras efetivas de combate a alagamentos na nossa cidade, com recursos do DMAE, finalizando e coroando essa importante incorporação que aconteceu na última gestão e que também nós aprovamos aqui, dando seguimento a ela, na reforma administrativa no início do ano. Era isso, Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza, diretor, vamos aos apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLCE nº 008/21.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01 ao PLCE nº 008/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCE nº 008/21. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, diretor Luiz Afonso; lida a emenda, então, acredito que é da bancada do PSOL, certo, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Do Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Certo. Com todo o respeito e cortesia que tenho ao Ver. Pedro Ruas, vou fazer um encaminhamento simples, Ver. Ramiro Rosário. A emenda diz respeito a um projeto político que foi derrotado nas urnas em 2020. A candidata Fernanda Melchionna foi derrotada, a candidata Manuela d'Ávila foi derrotada, elas duas propunham esse tipo de emenda; essa crença de que é preciso manter a coisa pública e apenas servidores públicos, o que vai fazer uma garantia de serviço melhor, Ver.^a Cláudia, é uma crença falsa e é uma crença que foi derrotada. A vontade do cidadão porto-alegrense é de que haja, sim, concessões, de que haja, sim, contratos com a iniciativa privada e de que haja, sim, ganhos de eficiência e melhoria dos serviços públicos, e não de reserva para

corporações públicas e de essa crença de que o estado é o provedor, o pai de todos, que é a filosofia por trás de partidos como o PSOL. Por isso encaminho voto contrário à emenda do Ver. Ruas e deixo aqui consignada também a posição do NOVO a favor do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É uma questão de ordem, vereador?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu peço a gentileza, se o Ver. Leonel Radde permitir, que encaminhe também pela oposição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/21, pela oposição.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Vou fazer um duplo encaminhamento, pelo Partido dos Trabalhadores, pela oposição, com o PCdoB e PSOL. É importante que nós tenhamos em mente, e por isso foi apresentada essa emenda, que teremos um alto investimento feito, aportado no DMAE. Por isso nós temos que manter essa empresa dentro do poder público, dentro do controle da população de Porto Alegre. Praticamente em todos os países que houve a privatização do sistema de água, houve um retrocesso, houve um atraso, houve uma precarização, por isso é importante que o DMAE permaneça público, e por isso essa emenda é extremamente importante, Ver. Ruas, porque essa emenda faz com que o dinheiro público aportado permaneça nas mãos do povo de Porto Alegre. É muito fácil nós falarmos agora que um projeto foi derrotado durante as eleições, mas nós sabemos como funcionaram as eleições em Porto Alegre, com *fake news*, na base de que iríamos virar uma cidade que iria consumir cachorros, que iríamos nos transformar numa Venezuela. Esse foi o discurso predominante nas eleições, não entramos os aspectos mais relevantes dos projetos políticos privatistas ou não privatizadas. Esse debate passou à margem, sejamos honestos. Então nós não podemos admitir que uma iniciativa de privatização do nosso DMAE avance nesta Casa, principalmente depois de um aporte praticamente bilionário, vamos chamar assim, que está sendo realizado neste momento, porque vai gerar outros ativos, passivos.

Dessa forma, nós defendemos, com essa emenda – e nós defendemos a nossa posição, como partidos de oposição –, que a água é um bem público, jamais a iniciativa privada conseguirá fornecer o serviço de qualidade necessário, porque é extremamente caro, e para isso terá que cobrar altas taxas. É a contrapartida da iniciativa privada! A iniciativa privada jamais fará o serviço do estado, é uma bobagem pensar que a iniciativa privada vai abraçar aquilo que o estado está fazendo hoje, e que pode ser até deficitário, porque a função do estado não é dar lucro, a função do estado não é funcionar como uma empresa; a função do estado, muitas vezes, é fazer o serviço

chegar para aqueles que não têm condições de pagar por aquele serviço, e a água é básica, é um bem básico, um bem essencial, sem água nenhum ser humano sobrevive, sem acesso ao saneamento básico teremos diversas doenças. Se nós deixarmos os processos de privatização avançarem, os processos de desestruturação do serviço público da nossa água, da nossa tecnologia da informação, do nosso transporte público, tudo isso atingirá diretamente aqueles que mais precisam, que são aqueles que não têm condições de pagar o serviço privado, por isso o serviço público fornece esses bens, fornece esses serviços e permite que todos nós possamos ter um mínimo de dignidade, mesmo neste momento nefasto que nós vivemos. Mais uma vez reforço: somos contra a privatização do DMAE, e pedimos aprovação dessa emenda, principalmente agora que muitos recursos públicos estão sendo indicados, apontados nesse novo projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos; esse tema sempre toca todos os vereadores de uma maneira especial e nos dá oportunidade de discutir qual é a cidade que nós queremos. Como foi colocado pelos vereadores, inclusive pelo Ver. Radde, esse projeto de gestão de cidade foi aprovado nas urnas, e muito embora o prefeito Melo não tenha falado tanto quanto a esquerda fez parecer em privatização, em desburocratização, a esquerda arrogou a esse prefeito essas competências, então o eleitor não teve dúvida quando apertou lá na urna o número do seu candidato quanto a cada projeto estava direcionado, se para o lado da estatização ou se para o lado da desburocratização. Esse é um aspecto. Mas eu concordo que o eleitor não vota em um único projeto, não vota em uma única proposta; ele volta num portfólio, ele sopesa os projetos de um lado, sopesa os projetos do outro e vota numa média. A média do que foi escolhido na última eleição é para o lado da liberdade, para o lado da desburocratização, para o lado da parcerização. Eu tive a oportunidade de visitar o DMAE em algumas ocasiões, e uma das ocasiões que eu visitei foi numa greve que teve dos terceirizados que lá trabalham, porque a terceirizada não estava pagando em dia, e daí, obviamente, aqueles que são contrários à terceirização se manifestaram, e a sociedade se manifestou porque isso estava trazendo transtornos para ela. Eu conversei com o então gerente do DMAE sobre o problema do atraso, por que estava atrasando, por que não estava dando certo e quais eram os modelos de contratação que o DMAE tem. E o DMAE, há muito tempo, embora alguns vereadores não saibam, já tem parte da prestação de serviços terceirizado, já tem parte da prestação serviço privatizado, embora não seja o modelo como um todo, já existe essa terceirização. No sentido de perguntar por que estavam tendo problemas de atrasos, o que foi me passado foi que a empresa tem contratos em várias cidades e ela acaba cobrindo o caixa daquelas cidades que acabam tendo atraso de pagamento, e acabou, nesse momento,

gerado um problema aqui para o Município. O que eu sugeri para o Município, para o diretor do DMAE? A possibilidade de fazer um contrato emergencial como acontece com aquela proposta que foi aprovada aqui na Câmara de Vereadores, das merendeiras e dos auxiliares de limpeza. E o que fala o Ver. Radde aqui, que eu acho importante ser tocado na discussão, a colocação dele é que, sem o Estado, as demandas não seriam atendidas. Eu entendo a lógica do vereador, mas eu queria lembrar, por exemplo, da questão da corrida espacial. Lá no início dos anos 1960, quando tinha competição do bloco comunista com o bloco capitalista, esse era o empreendimento feito pelos estados, porque existia uma grande intenção de mostrar quem é que tinha o domínio tecnológico. Hoje diversas empresas privadas estão fazendo isso com dinheiro privado em busca do lucro, e, em busca do lucro eles conseguiram fazer o quê? Oferecer melhores modos de chegar ao espaço, mais baratos, a ponto de estarem desbancando os estados que assim competiam. Quem é que levava astronautas para o espaço? Quem é que levava satélites para o espaço? Eram as empresas vinculadas à NASA que tinham contrato principal, o Estado Russo, recentemente, a China, e, agora, com a modernização dos sistemas, com o barateamento desses sistemas, é a iniciativa privada que está oferecendo soluções tecnológicas mais baratas. Então, a pergunta que tem que se fazer é: existem formas mais baratas de entregar um serviço melhor? Existem. O Estado tem incentivo para buscar isso? Não, porque o dinheiro do Estado é infinito. Então, esse tipo de parceria com a iniciativa privada pode nos dar uma oportunidade de encontrar formas de garantir maior segurança hídrica para nós, porque não nos esqueçamos que a nossa malha de distribuição de água, de coleta de água, ela é a mesma há muitos anos. No Município de Viamão, por exemplo, todo o Município Viamão e Alvorada são abastecidos por uma única estação de bombeamento de água. Quando ela foi projetada? Em 1960. Hoje cresceu a população para 300 mil habitantes, 350 mil habitantes entre Viamão e Alvorada. Porto Alegre é mais ou menos a mesma coisa. Nós queremos o quê? Continuar confiando no poder público para continuar fornecendo para 1,5 milhão de habitantes na cidade de Porto Alegre, ou nós queremos permitir que sejam feitos contratos mais ágeis para abastecer os pontos mais longínquos aqui da nossa cidade?

Para encerrar, Presidente, eu mesmo fiz um projeto indicativo para o Poder Executivo nesse sentido. Hoje nós temos o quê? O DMAE, que faz a coleta, o tratamento e a distribuição da água. Interessa qual a origem da água que entra no sistema do DMAE? Na minha opinião, não. Na minha opinião não interessa qual é a origem da água, desde que ela seja de qualidade e certificada pelo próprio poder público. No meu entendimento, nós deveríamos permitir que empreendedores vendessem a água para o sistema, medido pelo DMAE, pagando o mesmo preço de mercado, aumentando a disponibilidade de água, sem investimento público, que a gente sabe que, muitas vezes, é muito burocratizado. É isso aí.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 008/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**, 18 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Registro a intenção de votar “sim” do Ver. Aldacir Oliboni.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 008/21.

Em votação o PLCE nº 008/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria das vereadoras Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos vereadores Claudio Janta, Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes, ao PLL nº 230/16.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 230/16 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 05, de autoria das vereadoras Comandante Nádia, Fernanda Barth e Cláudia Araújo e dos vereadores Giovane Byl, Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes, ao PLL nº 230/16.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLL nº 230/16 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 06, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, ao PLL nº 184/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLL nº 184/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 007/19.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 007/19 à apreciação das

Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h14min.)

* * * * *